



ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

BNDES eleva participação na Eletrobrás (Folha de S. Paulo) 06/10/09	3
Leilão de Belo Monte pode ficar para 2010 (Folha de S. Paulo) 06/10/09	3
FAROL (Folha de S. Paulo – Monica Bergamo) 06/10/09	4
Marina (Folha de S. Paulo) 06/10/09	4
Usinas descumprem compromisso com Lula (Folha de S. Paulo) 06/10/09	4
Aécio nega conselho de Lula sobre candidatura em 2010 (Estadão Online 18:25h) 06/10/09	5
Consumo de eletricidade sobe pela 1ª vez ante 2008 (O Estado de S. Paulo) 06/10/09	6
Paraguai promete energia barata (O Estado de S. Paulo) 06/10/09	6
Dobram registros de fraude em postos de GNV paulistas (O Estado de S. Paulo) 06/10/09	7
Combate às irregularidades terá força-tarefa (O Estado de S. Paulo) 06/10/09	8
Rich, que comprou 70 empresas nos EUA, está de olho no Brasil (O Estado de S. Paulo) 06/10/09	8
Governo mantém proposta de estatal ser única operadora no pré-sal (Valor Econômico) 06/10/09	9
Países em desenvolvimento precisam investir mais US\$ 200 bi em energia (Valor Econômico) 06/10/09	10
Brasil cresce mais e puxa resultados, diz Merrill Lynch (Valor Econômico) 06/10/09	10
Cenário alternativo ao do BC ignora inflação (Valor Econômico) 06/10/09	11
Carros elétricos e desenvolvimento (Valor Econômico) 06/10/09	12
Alcance das redes limita expansão dos serviços (Valor Econômico) 06/10/09	14
Santana é convidado a permanecer na direção da Aneel e Joísa deve sair (Valor Econômico) 06/10/09	14
Pré-sal já tem convergências, diz Gabrielli (Valor Econômico) 06/10/09	15
Negócios em terra indígena terão licitação e royalties (Valor Econômico) 06/10/09	15
Emendas buscam reduzir poder do governo (Valor Econômico) 06/10/09	16
Paraguai faz ofensiva para vender energia (Valor Econômico) 06/10/09	17
Vale estuda entrar em Belo Monte (Valor Econômico) 06/10/09	18
Bovespa supera os 63 mil pontos; dólar cai a R\$ 1,749 (Valor Econômico) 06/10/09	19
Celesc G realiza leilão de venda para curto e longo prazos (CanalEnergia) 05/10/09	19
Paraguai já negocia com empresários brasileiros venda no mercado livre (CanalEnergia) 05/10/09	20
Equatorial ON encerra em alta de 6,09% (CanalEnergia) 05/10/09	20
PCH Engº Jorge Dreher inicia operação comercial de 5,7 MW (CanalEnergia) 05/10/09	21
Belo Monte: preço teto deve ser próximo do fixado para usinas do Rio Madeira (CanalEnergia) 05/10/09	21
AES estuda térmica de 500 MW para cumprir contrato de expansão da geração (CanalEnergia) 05/10/09	22
S&P: Escelsa tem ratings colocados em CreditWatch positivo (CanalEnergia) 05/10/09	22
MME enquadra PCHs e termelétricas no Reidi (CanalEnergia) 05/10/09	22
Usinas da Termomanaus são autorizadas a prorrogar operação comercial (CanalEnergia) 05/10/09	23
Tucuruí opera com 37,42% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 05/10/09	23
BNDESPar aumenta participação na Eletrobrás para 21,08% (CanalEnergia) 05/10/09	24
Óleo combustível: saída para penalidades será definida até fim do ano (CanalEnergia) 05/10/09	24
MME alerta sobre problemas que a IN7 pode causar para setor elétrico (CanalEnergia) 05/10/09	24
MME nega entendimento sobre venda de 300 MW de Itaipu no mercado livre a partir de 2011 (CanalEnergia) 05/10/09	24
Concessões: alteração na lei será necessária tanto para licitação quanto para prorrogação, diz MME (CanalEnergia) 05/10/09	25
Eletrobrás poderá ter participação de 50% em usina na Nicarágua (CanalEnergia) 05/10/09	25
Coelce PNA registra queda de 1,63% (CanalEnergia) 05/10/09	26

Elétricas decidem pagar dividendos e juros sobre capital próprio neste mês (CanalEnergia) 05/10/09	26
Eletróbrás investe menos de 40% do orçamento até agosto (CanalEnergia) 05/10/09	27
Carga do SIN tem crescimento de 1,1% em setembro, segundo NOS (CanalEnergia) 05/10/09	27
Angra 3: Eletronuclear e prefeitura firmam acordo sobre compensações socioambientais (CanalEnergia) 05/10/09	28
Eletoacre e Ceron encerram segundo ciclo de revisão tarifária (CanalEnergia) 05/10/09	28
Cteep recebe declaração de utilidade pública (CanalEnergia) 05/10/09	28

SINDICAL

De 5 a 9 de outubro, em Berlim (CUT Nacional) 05/10/09	29
União e fortalecimento (CUT Nacional) 05/10/09	30
Somos tão jovens! (CUT Nacional) 05/10/09	31
Bancários voltam a fechar Bradesco e greve continua forte na Paraíba (CUT Nacional) 05/10/09	32
Constituição Federal completa 21 anos nesta segunda (CUT Nacional) 05/10/09	32
Portuários do ES paralisam atividades pelo cumprimento do Acordo Coletivo (CUT Nacional) 05/10/09	33
Trabalhadores protestam contra demissões na Sotep (CUT Nacional) 05/10/09.....	33
Excelente livro "A Batalha da Mídia", de Dênis Moraes, em promoção (CUT Nacional) 05/10/09	34
RS: Pesquisa divulga realidade da saúde dos trabalhadores nas escolas privadas (CUT Nacional) 05/10/09.....	35
Rapidez para faturar com as Olimpíadas, lentidão e desrespeito com os bancários (CUT Nacional) 05/10/09...35	
CPFL Energia é punida por precarizar condições e ambiente de trabalho (CUT Nacional) 05/10/09.....	36
Sintepe apoia convocação de aprovados em concursos da educação (CUT Nacional) 05/10/09.....	37
Mobilização do SINTE/SC abre possibilidades negociação com o governo do Estado (CUT Nacional) 05/10/09..37	
Trabalhadores da Quattor, em Camaçari (BA), lutam contra ameaça de demissões (CUT Nacional) 05/10/09.....	38

BNDES eleva participação na Eletrobrás (Folha de S. Paulo) 06/10/09

Banco de fomento aumenta de 11,9% para 18,5% sua parcela no capital total da estatal de energia

DANIELE CARVALHO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

A BNDESPar (braço do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que concentra as participações do banco estatal em empresas) elevou de 11,9% para 18,5% sua fatia no capital da Eletrobrás.

A operação é resultado da capitalização feita pelo Tesouro Nacional no BNDES, no valor total de R\$ 4,4 bilhões.

A maior parte desse montante foi repassada ao banco por meio de ações, entre elas a da estatal.

Com a operação, a BNDESPar passou a deter 21,08% das ações com direito a voto da Eletrobrás, elevando a participação que antes era de 14,78%. Também houve aumento da fatia do banco nas ações preferenciais, de 0,44% para 8,23%.

Apesar da alteração acionária, a União manteve intacta sua participação majoritária na estatal em 53,9% de papéis com direito a voto.

Mais crédito

A capitalização do BNDES se deu por meio do aumento do capital social do banco, no final de agosto.

Foram absorvidas pelo banco estatal novas participações nas empresas Vale, Eletrobrás, Petrobras, Tractebel, Embraer, Oi/Telemar e Braskem.

O aumento do capital social se fez necessário para que o BNDES pudesse conceder mais crédito em plena crise econômica e se mantivesse dentro dos parâmetros do Acordo de Basileia, estatuto que reúne padrões internacionais como a relação patrimônio/dívida nas instituições financeiras.

Efeito neutro

Em entrevista à Reuters, o diretor financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobrás, Astrogildo Quental, descartou qualquer relação da operação com o pretendido pagamento de dividendos retidos pela estatal. Ele também negou que a iniciativa esteja relacionada ao plano de capitalização de subsidiárias da holding pela conversão de dívidas. "É uma operação do BNDES e não tem nada a ver com a operação dos dividendos, nem da capitalização", afirmou Quental, em encontro com investidores em Nova York.

Para Ricardo Corrêa, analista do setor elétrico da Ativa Corretora, o aumento da participação do BNDES no capital da Eletrobrás tem efeito neutro. "Na realidade, é uma mudança de mãos de ações que estavam em poder do Tesouro Nacional para o banco. Em termos práticos, dá no mesmo", diz.

Ele avalia que a mudança também não traz alívio à latente necessidade da Eletrobrás de levantar recursos da ordem de R\$ 30 bilhões para os investimentos que estão previstos para os próximos anos, entre eles a hidrelétrica de Belo Monte.

"A busca por financiamento será a mesma", afirma Corrêa.

Leilão de Belo Monte pode ficar para 2010 (Folha de S. Paulo) 06/10/09

AGNALDO BRITO
A REPORTAGEM LOCAL

Uma batalha silenciosa é travada neste momento entre o governo federal e os eventuais investidores do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte. Uma batalha que ameaça adiar o leilão do empreendimento para 2010, contrariando o desejo e as afirmações cotidianas do governo federal de fazer a licitação ainda neste ano.

O problema está na grande divergência do custo do investimento necessário para erguer o projeto de 11,2 mil MW de potência instalada, no rio Xingu (Pará).

A disputa sobre o custo do empreendimento se acirrou depois que a EPE (Empresa de Pesquisa Energética, responsável pelo planejamento do setor elétrico brasileiro) anunciou um custo total de R\$ 16 bilhões para o investimento. Investidores interessados em energia barata, como autoprodutores (Vale, CSN, Votorantim e Alcoa), gostaram da possibilidade de participar do projeto, mas há dúvidas se o que parece ser uma oportunidade ímpar seja, de fato, verdadeira.

A Abiape (Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia) faz atualmente um pente-fino no projeto registrado na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

O objetivo é entregar aos grupos industriais interessados um detalhamento completo sobre os itens de custo do empreendimento.

FAROL (Folha de S. Paulo – Monica Bergamo) 06/10/09

Em 2005, uma decisão do então diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), José Mario Abdo, permitiu à Celpe (Companhia Energética de Pernambuco) repassar ao consumidor aumento de 32,54% nas contas de luz, com parecer favorável do diretor da autarquia Eduardo Henrique Ellery Filho e do superintendente Cesar Antonio Gonçalves Filho.

Hoje o trio é sócio da AEA Consultoria. Segundo a CPI das Tarifas de Energia, a empresa tem contratos de consultoria com a Neoenergia, dona da Celpe, "em um claro conflito de interesses", diz o presidente da CPI, Eduardo da Fonte (PP-PE).

FAROL 2

Fonte quer propor quarentena de dez anos para que membros da Aneel fiquem impedidos de trabalhar para empresas privadas em relação às quais deram pareceres quando atuaram na agência. Abdo, Ellerey e Gonçalves Filho serão ouvidos pela CPI e terão pedida a quebra de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico. Procurados, eles não responderam à reportagem. A Celpe afirmou que todas as informações requeridas já foram encaminhadas à CPI.

Marina (Folha de S. Paulo) 06/10/09

FERNANDO DE BARROS E SILVA

SÃO PAULO - Além de ter óbvio apelo ecológico, a candidatura presidencial de Marina Silva parece contar com uma espécie de combustível ético, como se viesse galvanizar uma insatisfação difusa de setores da sociedade diante das extravagâncias patrocinadas pela turma de Lula em nome do pragmatismo.

Marina seria uma representante da energia limpa contra a fuligem produzida pela política petista, da farra do mensalão à defesa de Sarney e sua camarilha. É sobre o desmatamento moral promovido pelo lulismo que o mantra do desenvolvimento sustentável encontra terreno propício para vicejar.

Fernando Gabeira resumiu isso numa frase: a senadora poderá ser a depositária do "voto do sonho". Há em torno dela, de fato, certa aura de rousseunismo, o mito do bom selvagem que se ergue contra a marcha cega do progresso e seu cortejo de injustiças. Lula, a seu modo, ocupou esse lugar simbólico um dia.

Bastaria evocar essa memória para manter reservas em relação à nova utopia ecoética que nasce de mais uma costela do PT. Além do mais, e sem trocadilhos, o PV não é nenhuma flor que se cheire. Seu comportamento, muitas vezes, é mais próprio das lendas nanicas de aluguel do que daquelas minorias aguerridas que defendem a unhas a sua trincheira ideológica.

Não parece ser nem entre os povos da floresta nem na massa de espoliados a quem Lula dá de comer que Marina tende a colher seus frutos. A reparação histórica que ela vocaliza é música que toca nos bares da Vila Madalena ou no Baixo Gávea, seduzindo parte da classe média progressista e sensível.

Que a candidata dessa esquerda órfã de ideais seja também uma evangélica com restrições ao aborto e à pesquisa com células-tronco soa como um sintoma gritante de uma época confusa, em que progresso e regressão social andam misturados. Não é à toa que Marina procure se manter equidistante de PT e PSDB, esses inimigos que são dela e entre si tão diferentes, mas tão iguais.

Usinas descumprem compromisso com Lula (Folha de S. Paulo) 06/10/09

Ministério Público do Trabalho encontra irregularidades em ao menos cinco das que aderiram ao acordo nacional da cana

Compromisso para melhorar condições de trabalho tem sido usado pelo presidente para fazer propaganda do álcool brasileiro no exterior

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Usinas de álcool e açúcar que assinaram o chamado "compromisso nacional da cana", lançado no final de junho pelo presidente Lula, foram flagradas com irregularidades trabalhistas após as suas adesões.

A Folha cruzou a lista de empresas adeptas com relatórios de fiscalização feitas a partir de julho pelo Ministério Público do Trabalho. A reportagem localizou cinco usinas que aparecem nos dois documentos: uma em Minas Gerais, duas na Bahia e duas em Mato Grosso.

O compromisso, criado com o objetivo de aperfeiçoar as condições de trabalho nos canaviais, é de adesão voluntária. Ele foi construído por governo, empresários e representantes dos trabalhadores e tem sido usado pelo presidente para fazer propaganda do álcool combustível brasileiro no exterior.

Em recente fala na ONU, Lula disse que o compromisso assegura "o trabalho decente nos canaviais brasileiros". Ele fará o mesmo na visita de hoje à Suécia, em encontros com governantes e com empresários.

Das 413 usinas do país, 331 já aderiram ao compromisso, que prevê, entre outros pontos, a contratação direta (o que acabaria com a terceirização), transporte seguro e gratuito e fornecimento de água potável e equipamentos de proteção individual aos trabalhadores. Alguns deles já estão previstos na legislação em vigor.

De julho para cá, em fiscalizações de rotina, procuradores do Trabalho encontraram irregularidades em ao menos cinco empresas que aderiram ao compromisso. São elas: Agrovale (BA), Unial (BA), Planalto Agroindustrial (MG), Lambari Agropecuária Novo Milênio (MT) e Mirassol Agropecuária Novo Milênio (MT).

Nos relatórios do Ministério Público do Trabalho aparecem irregularidades como falta de banheiro, água potável, kits de primeiros socorros e equipamentos de proteção individual, além de alojamentos e transporte precários e regime de jornada exaustiva.

"Essas empresas têm de estar fora [do compromisso]. São coisas que não têm como negociar. Saúde e segurança não têm de ter prazo [para adaptação]", afirma Antonio Lucas, da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que integrou a equipe formuladora desse compromisso nacional.

Governo federal, empresários e trabalhadores ainda negociam o que fazer com os casos de boas práticas além das que estão previstas em lei (entrega de um selo, por exemplo) ou de não cumprimento do compromisso (como o descredenciamento das usinas).

"Esse compromisso sempre me pareceu algo muito mais para mostrar para a vitrine externa, para limpar a cadeia produtiva", afirma frei Xavier Plassat, da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Para Gilberto Emediato, procurador do Trabalho que participou das ações em Minas Gerais e em Mato Grosso, as usinas não estão acostumadas a cumprir esse tipo de compromisso. Ele cita como exemplo os termos de ajustamento de conduta -conhecido como TACs- fechados pelos empresários a cada flagrante de irregularidade.

Aécio nega conselho de Lula sobre candidatura em 2010 (Estadão Online 18:25h) 06/10/09

RAQUEL MASSOTE - Agencia Estado

BELO HORIZONTE - O governador de Minas, Aécio Neves (PSDB) reagiu hoje às informações de que teria sido estimulado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a não assumir a candidatura à vice-presidência da República em uma eventual chapa encabeçada pelo governador de São Paulo, José Serra, ou mesmo desistir de sua própria candidatura ao Palácio do Planalto.

Aécio e Lula se encontraram na semana passada, em Brasília. "Se o presidente Lula, obviamente, tiver algum conselho nesse campo, dará aos seus aliados e não aos seus adversários, até porque ele me respeita e é por isso mesmo que eu o respeito", afirmou o governador mineiro em entrevista hoje em Roma.

Para o governador mineiro, a ideia não passa de ilação de bastidores "que não tem compromisso com a verdade e com a realidade". "A minha articulação é no meu campo político. Na verdade, quem busca trazer ilações como essa em nada contribui para o bom encaminhamento desse processo".

Ele reafirmou que o PSDB tem dois nomes colocados à Presidência da República e que a decisão sobre a escolha do candidato será discutida no tempo apropriado.

Cemig

O governador mineiro se reuniu nesta terça-feira em Roma com o presidente da Terna - Rete Elettrica Nazionale S.p.A (Terna S.p.A), para finalizar os entendimentos sobre a transferência dos ativos de transmissão da Terna Participações, que foi adquirida em abril pela Cemig, por R\$ 2,2 bilhões. A Terna S.p.A é a empresa de transmissão de energia elétrica do governo da Itália e controla a Terna Participações, braço da estatal italiana no Brasil. A operação já foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Durante o encontro, ficou acertado que a Terna Participações terá, nos próximos dias, uma assembleia geral para a escolha de novos conselheiros, que serão responsáveis pela escolha da nova direção da empresa. "Ultimos entendimentos que farão com que os ativos de transmissão da Terna no Brasil passem à propriedade da Cemig ainda esse mês", disse o governador.

Consumo de eletricidade sobe pela 1ª vez ante 2008 (O Estado de S. Paulo) 06/10/09

Nicola Pamplona, RIO

O consumo de energia no Brasil cresceu 1,1% em setembro, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Foi a primeira alta nesse tipo de comparação em 2009, em mais um sinal de retomada da economia. Em seu Boletim Mensal de Carga, o ONS avalia que há "melhora acentuada do desempenho da atividade econômica" da Região Sudeste, principal consumidora de energia do País. No acumulado do ano, o indicador ainda aponta queda de 1%.

A melhora no consumo de energia elétrica começou a ser percebida em julho, diz o ONS, com os primeiros dados de crescimento em relação ao mês anterior. Os dados, porém, ainda eram piores do que os verificados em 2008. "Até agora, o mercado de energia vinha sendo sustentado pelas classes de consumo residencial e comercial. Agora, há sinais de que a demanda industrial está voltando a ficar mais forte", avalia o analista Walter Vitto, da Tendências.

O boletim do ONS não abre os dados por classe de consumo, mas a entidade analisa o desempenho do mercado em cada mês. Segundo o texto, as Regiões Sudeste/Centro Oeste e Nordeste tiveram influência positiva no resultado de setembro. A primeira cresceu 1,3% ante mesmo mês do ano anterior; na segunda, a alta foi de 2,8%.

"A carga no mês de setembro (no Nordeste) pode ser explicada principalmente pela retomada da produção industrial", dizem os técnicos do ONS, acrescentando que houve também aumento no consumo residencial, por causa do calor. A Região Nordeste teve uma carga de energia (consumo mais perdas no sistema) de 7,9 mil megawatts (MW) médios, 6,1% superior ao mês de agosto.

No Sudeste/Centro Oeste, a carga foi de 33,15 mil MW médios - além da indústria, as altas temperaturas também contribuíram para o desempenho.

Em relação a agosto, a alta no Sudeste foi de 4,3%. Para Vitto, a tendência é de que o bom desempenho se mantenha nos próximos meses, pelas melhores perspectivas da economia. O Sul também teve resultado positivo, embora em ritmo mais lento: alta de 0,3% ante setembro de 2008 e de 1,1% em relação a agosto. O pior desempenho no mês foi na Região Norte, com queda de 2,4% ante mesmo mês do ano anterior, provocada pela baixa atividade de grandes indústrias exportadoras.

Paraguai promete energia barata (O Estado de S. Paulo) 06/10/09

País quer atrair empresa brasileira

Raquel Landim, SÃO PAULO

O governo do Paraguai promete vender energia duas ou até três vezes mais barato que os grupos brasileiros para as empresas que decidirem se instalar em seu território. A Administração Nacional de Energia (Ande) cobraria US\$ 53 por megawatt/hora para indústrias intensivas em energia, contra US\$ 99 MWh da CPFL e US\$ 79 MWh da Cemig.

Os dados constam de uma tabela preparada pela diretoria paraguaia da Hidrelétrica de Itaipu. A tarifa da Ande para outros setores industriais seria de US\$ 73 por MWh, contra US\$ 219 MWh da CPFL e US\$ 199 MWh da Cemig. Procuradas, CPFL e Cemig não comentaram os valores.

Segundo Carlos Mateo Balmelli, diretor paraguaio de Itaipu, o Paraguai vai conseguir oferecer preços tão atrativos porque cobra menos imposto. Ele avalia que é uma maneira de atrair investimentos e gerar empregos, mas também de reduzir os conflitos com o Brasil.

Se mais empresas se instalarem no país, disse o diretor, o Paraguai consumiria mais energia de Itaipu, reduzindo os direitos compensatórios pagos pelo Brasil. "Temos que superar a ideia do rentismo de energia."

As autoridades paraguaias iniciaram uma ofensiva para aprovar nos Congressos o acordo celebrado pelos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Paraguai, Fernando Lugo, sobre Itaipu, no fim de julho. Na ocasião, ficou acertado que o Brasil triplicaria o valor pago pela cessão de energia para US\$ 360 milhões, e que a Ande seria autorizada a atuar no mercado livre brasileiro.

Numa tentativa de se aproximar da oposição, Balmelli foi recebido anteontem pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua casa em Higienópolis. Segundo o diretor de Itaipu, ele foi "muito receptivo" ao pleito paraguaio. A assessoria de imprensa de FHC confirmou o encontro, mas o ex-presidente não se manifestou.

O Paraguai enviou o acordo na semana passada ao seu Congresso e o Brasil deve fazer o mesmo até o fim do mês. Mas os documentos não incluem a venda direta, apenas a cessão da energia. Para o Paraguai, a permissão para a Ande atuar no mercado livre brasileiro não precisa ser aprovada pelo Congresso, porque não fere o Tratado.

Essa é a posição oficial do ministério de Minas e Energia. Mas uma fonte da diretoria brasileira de Itaipu disse que o Brasil quer ganhar tempo, porque tem esperanças que o Paraguai desista.

Os paraguaios anunciaram na semana passada que o Brasil vai permitir a venda direta a partir de 2011, com 300 megawatts por ano até 2023. O governo brasileiro nega e disse que falta garantias sobre o pagamento da dívida.

Dobram registros de fraude em postos de GNV paulistas (O Estado de S. Paulo) 06/10/09

Adulteração do medidor não afeta consumidor diretamente, mas preocupa pelo risco de explosão

Fernanda Aranda - O Estado de S.Paulo

SÃO PAULO - A máfia que desvia gás natural veicular (GNV) vem ganhando espaço em São Paulo. No fim do ano passado, seis postos foram flagrados por cometer fraudes de desvio do combustível. Neste ano - até agosto -, outros 13 casos acabaram identificados. O crime, além de dano ambiental (como contaminação dos lençóis freáticos), pode provocar a explosão de até um quarteirão, por causa da manipulação inadequada do combustível.

A fraude consiste na adulteração do medidor do GNV. Quando o gás é retirado do gasoduto, são criadas passagens secundárias que, em vez de irem diretamente para a bomba, não passam pela medição e, por isso, não há cobrança pela Companhia de Gás de São Paulo (Comgás). Fica difícil chegar aos fraudadores porque, diferentemente da gasolina "batizada", não há prejuízos diretos ao consumidor no gás desviado. Não existe um impacto na qualidade do combustível e, por isso, quase não há denúncias.

"Os diversos tipos de alterações têm o propósito de vender sem pagar à operadora. Claramente se provoca uma concorrência desleal", afirma José Carlos Broisler Oliver, diretor de Operações da Comgás. "Mas esses aspectos são apenas parte de um problema muito maior. A segurança nesses locais é totalmente comprometida pela adulteração do medidor. Além do prejuízo financeiro, que nos afeta bastante, a maior ameaça é o perigo desencadeado por essa adulteração. São vidas em jogo."

O aumento de autuações resulta da série de operações realizadas por Comgás, Ministério Público Estadual (MPE) e Associação Nacional do Petróleo (ANP). O mapeamento dos 19 postos fechados pelo desvio também mostra que o crime está centrado na região da Grande São Paulo.

Na linha de frente das investigações está o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) do MPE. "Não raras vezes, a fraude no GNV vem acompanhada de uma rede de infrações, incluindo adulteração de combustíveis, como álcool e gasolina, além de problemas estruturais, como notas frias", afirma o promotor que cuida do caso, Luiz Henrique Cardoso Dal Poz. "Os indícios que recolhemos indicam que os fraudadores de gás se prestam às organizações criminosas. Os postos servem de fachada para a lavagem de dinheiro."

Fraude geral

Todos os diversos tipos de fraudes observados acarretam risco de explosão, conforme a Comgás. Por esse motivo, o promotor Dal Poz reitera que somente uma pessoa com conhecimentos específicos é capaz de fazer as alterações. "Se não existir esse tipo de know-how, a explosão aconteceria no momento da adulteração." Ainda não foram registrados acidentes graves, mas os especialistas alertam que o estrago seria semelhante ao da explosão, no dia 24 de setembro, do bazar que vendia fogos de artifícios na cidade de Santo André, no ABC paulista. A explosão destruiu um quarteirão, deixou dois mortos e 12 feridos.

Segundo as investigações, a máfia do GNV atua apenas no Estado de São Paulo. "Ainda não há notícia de que a fraude tenha se espalhado pelo País", afirma Alcides Amazonas, chefe da fiscalização em São Paulo da ANP. "Temos recebido denúncias que pressionam por iniciativas. O crime não pode se espalhar para outros Estados, porque é muito perigoso",

ressalta. "Fizemos uma operação em um posto de São Paulo que tinha tanto vazamento de gás que, no chão, ao jogar água, se formavam bolhas."

O presidente da Associação Brasileira de GNV, Frank Chen, destaca que as fraudes foram constatadas em apenas 4% dos postos existentes. "Mas a nossa preocupação é com a segurança. Os desvios podem repercutir na imagem do combustível", diz Chen. "O conteúdo do gás não se frauda, mas os consumidores precisam tratar com seriedade a possibilidade de um acidente", reforça. "Basta um dele para provocar muitas mortes."

Combate às irregularidades terá força-tarefa (O Estado de S. Paulo) 06/10/09

Fernanda Aranda

Segundo o chefe de fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Alcides Amazonas, o combate à fraude do gás ganhará uma força-tarefa. Participarão das ofensivas de fiscalização o Ministério Público de São Paulo, a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) e a Secretaria Municipal de Controle Urbano.

"As operações serão contínuas e já fomos recrutados para participar", afirmou Amazonas.

Segundo Luiz Henrique Cardoso Dal Poz, promotor do Ministério Público que cuida das investigações sobre fraudes, as forças-tarefa são organizadas antes de cada operação e, dependendo dos estabelecimentos que serão vistoriados, são escaladas as instituições participantes.

"Dependendo do perfil de cada operação, acionamos previamente as instituições que vão participar. Por vezes apenas a Comgás é suficiente, em outras é necessário convocar as secretarias municipais ou a ANP", explicou o promotor Dal Poz.

De forma preventiva, para combater as fraudes, afirma José Carlos Broisler Oliver, diretor de Operações da Comgás, a empresa está fazendo a conexão dos postos por telemetria. "O nosso operador acompanha as atividades daquele posto e, caso constasse variações muito expressivas de consumo, nos chama a atenção, aciona os órgãos que podem realizar as operações. Isso permite que as vistorias sejam mais contínuas e atuantes. No alvo."

Rich, que comprou 70 empresas nos EUA, está de olho no Brasil (O Estado de S. Paulo) 06/10/09

Empresário é sócio da Plum Tree, que tem US\$ 100 milhões para investir

Marianna Aragão, SÃO PAULO

Dono de uma bem sucedida carreira na ACS, uma das maiores companhias de terceirização de serviços corporativos (outsourcing) do mundo, o norte-americano Jeff Rich iniciou um novo desafio em sua vida profissional. E o Brasil está no centro dele. O empresário de 53 anos - que como presidente da ACS liderou um processo de mais de 70 aquisições, aumentando a receita da empresa de US\$ 300 milhões para US\$ 5,3 bilhões em 20 anos - quer ajudar jovens empresas de pequeno e médio porte do País a se desenvolver. "Quero ser o treinador desses empreendedores, para que eles possam se preparar para competir em nível global."

Rich pretende fazer isso por meio de sua empresa de investimentos, a PlumTree Partners, fundada há menos de um ano com o Todd Furniss, também ex-executivo do setor. A ideia de Rich e Furniss é colocar dinheiro e emprestar suas experiências a companhias de outsourcing (terceirização) de diferentes mercados. O Brasil foi escolhido para receber os primeiros investimentos. "Acreditamos que os negócios no País vão crescer cada vez mais, e as empresas que suportam esses negócios também", justifica Rich, que veio ao Brasil há duas semanas para avaliar opções de investimento.

Esse trabalho será feito em parceria com o grupo nacional Performa, empresa de consultoria em gestão e participações. Juntas, elas devem investir cerca de US\$ 100 milhões em aquisições de companhias com faturamento na faixa de R\$ 25 a R\$ 35 milhões. Pelo menos 14 negócios estão sendo avaliados no momento, e a primeira compra deve ser anunciada até o fim do ano, explica Marcelo França, sócio da Performa. O foco dos investimentos são empresas especializadas em terceirização de tecnologia de informação, serviços de call center e administração de atividades de recursos humanos, finanças e contabilidade.

Desde a fundação, em outubro de 2008, essa é a primeira parceria internacional firmada pelos americanos. "O Brasil é mercado mais importante da América Latina, por isso resolvemos começar na região por aqui", diz Rich. No País, o empresário aposta especialmente em empresas prestadoras de serviço para o governo e também para os setores financeiro e de saúde. Nos Estados Unidos, a PlumTree já adquiriu uma companhia que produz softwares para a indústria hoteleira.

Segundo Rich, a participação da PlumTree nas empresas vai além da capitalização. Os empresários também querem ajudá-las a aperfeiçoar seus processos de negócios, obter escala e melhorar seus resultados. "Em 20 anos nesse setor, aprendi a evitar erros e passos desnecessários", diz. Ele também prevê, no futuro, uma consolidação entre as companhias que serão adquiridas. "Há alguns serviços que, naturalmente, se complementam. Queremos criar uma plataforma de empresas que fazem muito bem seu trabalho, independentemente de serem grandes ou não."

Governo mantém proposta de estatal ser única operadora no pré-sal (Valor Econômico) 06/10/09

Agência Brasil

O governo não vai abrir mão de ter a Petrobras como operadora única na exploração de petróleo da camada pré-sal. Na avaliação do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, não há razão para a estatal não ser a única a operar em todos os campos.

"O governo vai insistir nessa questão e eu não vejo razão, do ponto de vista objetivo e prático, para não se ter a Petrobras como operadora única. Ela já é operadora única hoje no regime de concessão. Ela opera em 80% de todos os campos hoje. Foi ela que conseguiu todo esse êxito que conseguimos hoje. Somos auto suficientes por causa da Petrobras, que é a maior operadora em águas profundas do mundo, com mais de 22% de todos os campos. Portanto, não se diga que ela não tem condição de ser a operadora única do pré-sal", disse.

Lobão participou hoje de audiência com deputados da comissão especial criada para analisar o projeto de lei que prevê a criação da Petro-sal.

A posição da Petrobras como única operadora é o principal alvo de críticas ao marco regulatório do pré-sal no Congresso Nacional. O assunto é também alvo de uma emenda apresentada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que quer a participação de outras empresas nesta condição.

O ministro disse, ainda, que o governo também não vai abrir mão de que a estatal a ser criada para gerir a exploração do pré-sal tenha poder de veto no comitê operacional do pré-sal. A empresa terá também 50% dos assentos no comitê gestor e direito ao voto de desempate. "É preciso considerar que a União terá mais de 50% de cada campo. Se a União é acionista em mais de 50%, é justo que ela tenha mais de 50% da composição do comitê e que ela tenha poder de veto", disse Lobão.

Lobão enfatizou que os consórcios detentores de concessões atualmente já exercem esse poder de veto nos poços leiloados. "Poder de veto já têm hoje todas as empresas que participam de consórcio no regime de concessão."

O diretor de Exploração e Produção do IBP, Ivan Simões Filho, considera que a Petrobras como operadora única engessa a atividade. "Isso não é bom nem para a Petrobras. O que queremos é que outras empresas possam atuar, que novas tecnologias possam vir para o Brasil e serem utilizadas na exploração do pré-sal. Ninguém está questionando a capacidade da Petrobras da inovação tecnológica na produção do pré-sal", disse Simões Filho que é vice-presidente da British Petroleum do Brasil.

O poder de veto e a participação da estatal em mais de 50% das cadeiras, na opinião de Simões Filho, fará com que as empresas interessadas em investir se retraiam. "Que empresa colocará uma quantia grande de dinheiro em um investimento que ela não poderá opinar sobre como ele vai funcionar? Não estamos falando no controle geral, no plano macro, que achamos que deve, sim, estar nas mãos do governo. Estamos falando de decisões sobre operações cotidianas, como decisões de como operar. Que mecanismos usar. Que tecnologia utilizar?", explicou.

"Se houver um vazamento, como uma empresa poderá arcar com os prejuízos se ela não pode decidir como a operação seria feita?", exemplificou o diretor do IBP.

As emendas apresentadas pelo IBP estão sob análise das comissões especiais. Hoje, o ministro chegou a se reunir com o presidente da comissão especial, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) e com o relator da proposta que prevê o regime de partilha para os campos a serem explorados, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para falar das

prioridades do governo. "Os dois deputados tinham uma certa insegurança sobre o assunto. Tinham dúvidas se a União poderia destinar como operadora única a Petrobras. Dissemos que a Constituição não impede, ao contrário, autoriza. Além disso, há decisões do Supremo Tribunal Federal sobre esse assunto", contou Lobão.

A estatal a ser criada ainda não tem nome definido porque o nome escolhido pelo governo já era de propriedade de um empresário de Mossoró (RN). De acordo com Lobão, o governo quer definir em 20 dias qual será o novo nome. Lobão explicou que o empresário chegou a ser procurado pelo governo, mas não abriu mão da propriedade da marca. "Fizemos uma tentativa inicial. Apelamos ao patriotismo dele, mas reconhecemos o direito que ele tem de ceder ou não o título. E ele está preferindo manter. Que ele faça bom proveito do nome. É o que nós desejamos", disse.

(Agência Brasil)

Países em desenvolvimento precisam investir mais US\$ 200 bi em energia (Valor Econômico) 06/10/09

GENEBRA - Os países em desenvolvimento precisarão fazer investimentos adicionais de US\$ 200 bilhões em 2020 para melhorar a eficiência energética em suas indústrias, construção, no uso de energia limpa e na nova geração de veículos híbridos e elétricos.

A estimativa é da Agência Internacional de Energia (AIE), antecipando conclusões de um relatório que vai divulgar em novembro sobre transformações no setor de energia e suas consequências financeiras sob um acordo global de combate à mudança climática.

Em 2020, o setor energético na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) precisará também investir US\$ 215 bilhões a mais, além de ter de ajudar os países em desenvolvimento. Os benefícios com poupança energética, redução da importação de combustível e na qualidade do ar compensarão em muito os custos adicionais, avalia a entidade sediada em Paris.

Para alcançar a "revolução energética", o aumento de investimentos necessários é de US\$ 10 trilhões entre 2010 e 2030 no setor, equivalente a 0,5% do PIB global em 2020 e aumentando para 1,1% do PIB em 2030.

Mas somente a poupança no uso de combustíveis na indústria, nos transportes e em construção pode chegar a US\$ 8,6 trilhões entre hoje e 2030, quase similar aos investimentos adicionais nesses setores.

A AIE, que é ligada aos países ricos, confirma que a crise financeira e econômica tem tido um impacto considerável no setor energético globalmente. Investimentos em tecnologias ambientais foram adiados. Além disso, as emissões de carbono estão caindo este ano em até 3%, mais do que qualquer tempo nos últimos 40 anos, já que a produção recuou.

Ou seja, na prática, a crise global está conduzindo a uma redução de emissões de 5% até 2020, mais do que previamente estimado, mesmo na ausência de políticas adicionais para combater o problema.

Para a AIE, a crise global "criou oportunidade" para colocar o sistema energético mundial na trajetória de estabilização das emissões de gases, em linha com uma alta da temperatura de 2 graus.

O diretor executivo da AIE, Nobuo Tanaka, apresentou as conclusões numa conferência climática em Bangkok. Alertou que, se o mundo continuar com a mesma política energética e climática de hoje, as consequências para a mudança climática serão severas. "A energia está no centro do problema", afirmou.

Para a AIE, a China está tendo um papel de liderança no combate à mudança climática.
(Assis Moreira | Valor)

Mercado de Capitais: Projeção é de que ganhos das empresas subam 26% em 2010, reforçando otimismo com a bolsa.

Brasil cresce mais e puxa resultados, diz Merrill Lynch (Valor Econômico) 06/10/09

Por Angelo Pavini, de São Paulo

O Brasil deve ter o sexto melhor crescimento do mundo em 2010, o que deve impulsionar o lucro das principais empresas em bolsa em mais 26% e tornar ainda mais atrativas as ações brasileiras. A avaliação é da Bank of America

Merrill Lynch Global Research, que elevou na semana passada a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2010, de 4,5% para 5,3%. A instituição também acredita que os juros básicos brasileiros não vão subir no ano que vem, contrariando as projeções do mercado futuro.

De acordo com a Merrill Lynch, em 2010, o Brasil só crescerá menos que a China (10,1%), Qatar (8,1%), Índia (7,8%), Nigéria (5,5%) e Oman (5,4%). As mudanças macroeconômicas fizeram a equipe de análise de ações da BofA Merrill Lynch rever suas projeções e reforçar o otimismo com o país, diz Pedro Martins Júnior, estrategista-chefe de ações para a América Latina.

O banco projeta um índice Bovespa em 66 mil pontos nos próximos 12 meses. Além disso, o mercado brasileiro estaria hoje com um desconto de 14% em relação aos seus similares globais, considerando as projeções de lucro das empresas nos próximos 12 meses em relação ao seu preço atual, o chamado P/L, relação que dá uma ideia do tempo de retorno do investimento. Segundo a Merrill Lynch, o mercado brasileiro apresenta um desconto de 6% em relação à China e de 30% em relação à Índia, usando também a relação P/L.

Nos juros, porém, Martins admite dois cenários que podem afetar a bolsa. No primeiro, considerado o mais provável para a Merrill Lynch, o Banco Central (BC) mantém a taxa Selic em 8,75% ou sobe no máximo 2 pontos percentuais, para 10,75%, em 2010. O principal argumento para esse cenário é o de que a inflação ficará estável, do lado do custo por conta da queda do dólar, para R\$ 1,65 no fim do ano que vem e uma alta discreta das commodities.

Do lado da demanda, ajudariam a conter a inflação a utilização da capacidade instalada - que ainda não voltou aos níveis do ano passado - assim como a taxa de emprego. Diante desse cenário, estar exposto ao mercado doméstico faz todo sentido, já que há setores que vão se beneficiar muito do emprego formal e do crédito.

Mas se o Banco Central adotar uma postura conservadora e, apesar de tudo, resolver puxar as taxas de juros, talvez em 4 pontos percentuais, haveria um impacto forte nos custos das empresas e nas receitas, reduzindo sua rentabilidade.

Para Martins, porém, o momento é de recuperação das expectativas para as bolsas. A queda dos juros e a valorização do câmbio, por exemplo, reduzem os custos e as dívidas das empresas. Ao mesmo tempo, a atividade econômica forte e uma recuperação marginal nos preços das commodities, ao lado de um aumento dos volumes vendidos ao exterior, tendem a aumentar os lucros. "São fatores que puxam para cima as estimativas de ações", diz Martins.

A recomendação da Merrill Lynch aos investidores internacionais é a de ter em carteira formada com papéis de empresas voltadas ao mercado doméstico brasileiro, que vão se beneficiar do crescimento do emprego formal, do crescimento e do crédito. Estão na lista AmBev, Itaú Unibanco, Redecard e a construtora MRV. A área de infraestrutura também será beneficiada pela necessidade de investimentos por conta da Olimpíada e da Copa do Mundo, além do crescimento do país, que demandará maior consumo de energia. Isso ajudará papéis como Cemig. E commodities, pelo volume exportado, podem ser interessantes seletivamente, caso de Vale, Usiminas e Petrobras.

Se o cenário de alta mais forte dos juros e da inflação se confirmar, porém, empresas com tarifas reajustadas pela inflação, como as elétricas AES Tietê, Cesp, Tractebel, Energias do Brasil e Cemig seriam beneficiadas. Bancos como Itaú Unibanco e Banco do Brasil voltarão a ser atrativos, assim como commodities em geral. No setor de consumo, AmBev e Natura seriam as opções.

Conjuntura: Dentro do governo há quem não se preocupe com risco de preços subirem com retomada econômica

Cenário alternativo ao do BC ignora inflação (Valor Econômico) 06/10/09

Denise Neumann, de São Paulo

No governo federal nem todos partilham da preocupação com o binômio forte retomada econômica e inflação em 2010. Nas visões divergentes, outro cenário é traçado e nele um conjunto de fatores positivos vão convergir no próximo ano: os IGPs baixos deste ano (menos 0,40% nos últimos 12 meses) vão manter os preços administrados em níveis muito baixos, influenciando contas de energia elétrica, aluguéis, entre outros; a retomada lenta e moderada da economia mundial vai conter a cotação das commodities; a boa safra agrícola que se vislumbra vai segurar os preços de alimentos; a ociosidade no uso da capacidade instalada da indústria vai evitar pressões sobre os preços livres, no que será ajudada pelo câmbio.

Neste cenário de convergências benignas, o único fator de pressão real continuará a vir do setor de serviços, especialmente aqueles dirigidos às pessoas, esse sim o segmento que realmente responde ao mercado de trabalho - emprego e renda - e que tem parte dos preços indireta e informalmente indexados ao salário mínimo, que terá novo aumento real, porque será calculado com base no Produto Interno Bruto (PIB) ainda gordo do ano passado.

Nas previsões oficiais para 2010, mantém-se um crescimento de 4,5% para o PIB do próximo ano - desta vez uma estimativa mais modesta que aquela hoje feita por grande parte das consultorias e departamentos econômicos dos bancos e que toma 5% como piso.

No cenário alternativo ao do Banco Central desenhado dentro do governo, mesmo o crescimento de 5% do PIB pode ser alcançado sem exercer riscos ao cumprimento da meta da inflação, fixada em 4,5%. O principal argumento é justamente a ainda expressiva ociosidade da indústria no momento da retomada. Segundo a última sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em setembro esse percentual chegava em 81,9%.

Outra segurança para a trajetória benigna da inflação vem do forte ritmo do investimento produtivo nos três anos anteriores ao estouro da crise mundial. O Brasil cresceu em média 4,9% entre 2006 e 2008 e chegou ao terceiro trimestre de 2008 com uma taxa de investimento equivalente a 20% do PIB, indicando que o país alcançaria - sem a ocorrência da crise - a meta de 21% traçada no lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a segunda política industrial do governo Lula.

Reforça a tese de tranquilidade - defendida por alguns membros do governo - a retomada do investimento neste segundo semestre, estimulada pelo juro zero concedido nos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a compra de máquinas e equipamentos que for efetuada até o fim do ano. Em agosto, o ritmo interno da produção de bens de capital foi 2,5% maior que o de junho, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), enquanto a importação de bens de capital aumentou 4,11% em agosto sobre junho (fim do primeiro semestre).

A capacidade instalada, portanto, está sendo subutilizada e, além disso, já teria começado a crescer antes mesmo da produção industrial ter voltado ao mesmo nível de setembro do ano passado. Em agosto, último dado disponível, a produção foi 8,09% inferior àquela. É por esse conjunto de sinais que, dentro do governo, há quem veja um cenário bastante confortável para a inflação e para a oferta de bens ao longo do ano eleitoral de 2010, contrariando quem vê necessidade de aumento nos juros já no primeiro trimestre do próximo ano.

No relatório de inflação de setembro, o Banco Central ainda traçou um cenário bastante benigno para a inflação, mas deixou claro o recado. "A evolução favorável registrada, no trimestre encerrado em agosto, pelos índices de preços ao consumidor e por atacado, e as expectativas de mercado em relação à sua evolução no restante do ano e em 2010, evidenciam a reduzida probabilidade de que as pressões inflacionárias localizadas em segmentos específicos se constituam em riscos relevantes à trajetória da inflação. Esta perspectiva, fortalecida pelo ambiente de ociosidade dos fatores de produção, torna-se mais relevante no atual cenário de retomada do nível da atividade econômica, concentrada inicialmente nos gastos de consumo - estimulados pelas melhoras nos mercados de trabalho e de crédito - e, mais recentemente, no desempenho da indústria. Cabe registrar, entretanto, que a redução da inflação brasileira para os consumidores, na esteira da crise internacional, foi modesta, se comparada com diversas outras economias, tanto avançadas quanto emergentes, evidenciando a persistência de mecanismos de indexação de preços e salário", apontou o documento do BC.

Energia solar, eólica ou nuclear, livres de emissões de CO₂, podem recarregar as baterias.

Carros elétricos e desenvolvimento (Valor Econômico) 06/10/09

Por Jeffrey D. Sachs

A era de veículos elétricos mostra as oportunidades que podemos ter à medida que passamos da era do combustível fóssil para uma nova, de tecnologias sustentáveis

A chave para o controle da mudança climática está na tecnologia aperfeiçoada. Precisamos identificar novas formas de produzir e usar energia, atender as nossas necessidades alimentares, nos transportar, aquecer e refrigerar as nossas moradias de uma forma que nos permita reduzir o consumo do petróleo, gás, carvão, fertilizantes à base de nitrogênio e demais fontes dos gases de efeito estufa que alteram o clima.

Existe um número suficiente de boas opções disponíveis para sugerir que o mundo pode atingir a meta de controlar a mudança climática a um custo razoável (talvez 1% da renda global por ano), ao mesmo tempo permitindo que a economia do mundo continue crescendo e elevando os padrões de vida. Um dos desdobramentos mais animadores no horizonte é a nova geração de automóveis elétricos.

Nos primeiros dias do automóvel, no fim do século 18, muitos tipos de carros competiam entre si - a vapor, bateria e motor a gasolina. Os motores a gasolina e a diesel venceram a competição com o sucesso do modelo T, que começou a sair das linhas de montagem em 1908. Cem anos depois, a concorrência é mais uma vez empolgante.

A era dos veículos elétricos chegou. O Toyota Prius, um veículo elétrico híbrido apresentado pela primeira vez no Japão em 1997, assinalou uma ruptura inicial. Ao conectar um pequeno gerador e uma bateria recarregável ao sistema de freios de um carro comum, o híbrido expande o motor normal com um motor movido a bateria. A taxa de consumo é suficientemente melhorada para tornar o híbrido comercialmente viável, e veículos que economizam gasolina deverão se tornar ainda mais viáveis comercialmente quando os consumidores forem tributados pelo dióxido de carbono que emitem com seus veículos.

Muito mais inovação está a caminho, liderada pelo veículo híbrido do tipo "plug-in" (que pode ser recarregado em tomada elétrica convencional) da General Motors, o Chevy Volt, no fim de 2010. Enquanto o Prius é um carro normal com um pequeno motor a gasolina, o Volt será um veículo elétrico com um motor acoplado.

A bateria do Volt será um modelo de íon lítio de vanguarda, de alto desempenho, que promete uma autonomia de 60 quilômetros por carga e um tempo de recarga de seis horas a partir de uma tomada de parede normal. Com base em padrões normais de direção, o Volt receberá tamanha carga de quilometragem na bateria que poderá alcançar cerca de 40 quilômetros por litro de gasolina!

Larry Burns, o visionário chefe de pesquisa e desenvolvimento da GM até sua recente aposentadoria, enxerga o veículo elétrico como muito mais do que uma oportunidade para economizar gasolina, por mais importante que isso seja. De acordo com Burns, a era do veículo elétrico remodelará a malha elétrica, redefinirá normas de direção e de forma geral melhorará a qualidade de vida nas áreas urbanas, onde viverá e dirigirá a maior parte da população do mundo.

Em primeiro lugar, haverá muitos tipos de veículos elétricos, incluindo o híbrido recarregável, o veículo completamente movido a bateria e veículos movidos a célula de hidrogênio, essencialmente uma bateria alimentada por uma fonte externa de hidrogênio. Esses veículos diferentes terão condições de utilizar inúmeras fontes de energia.

Energia solar, eólica ou nuclear - todas livres de emissões de CO₂ - podem alimentar a malha elétrica que recarregará as baterias. Da mesma forma, essas fontes de energia renovável podem ser usadas para separar a água em íon de hidrogênio e íons oxidrila e depois usar o hidrogênio para acionar a célula de hidrogênio.

Segundo, a capacidade de armazenagem do veículo terá um papel importante na estabilização da malha elétrica. Os veículos movidos a bateria não só extrairão energia da malha elétrica durante a recarga, como, quando estacionados, eles também poderão realimentar a malha com energia durante períodos de pico de demanda. A frota de automóveis se tornará parte da malha elétrica geral, e será gerenciada eficazmente (e remotamente) para otimizar o melhor momento de recarregar a partir da malha e de devolver a energia a ela.

Terceiro, os veículos movidos a eletricidade inaugurarão um novo mundo de veículos "inteligentes", nos quais sistemas de sensores e de comunicações veículo a veículo permitirão proteção contra colisão, direcionamento de trânsito e gerenciamento remoto do veículo. A integração da tecnologia de informação com o sistema de propulsão do veículo, conseqüentemente, introduzirá novos padrões de segurança, conforto e manutenção.

Essas são ideias visionárias, mas estão ao alcance da tecnologia. Mas a implantação desses conceitos exigirá novas formas de parceria público-privada.

Montadoras de automóveis, concessionárias de serviços públicos, provedores de banda larga e construtoras de rodovias para governos precisarão contribuir para um sistema integrado. O setor público precisará trazer recursos para permitir que a nova geração de veículos atinja a comercialização - por meio de dotações para P&D, subsídios ao consumo e apoio a infraestrutura complementar (por exemplo, tomadas para recarga em locais públicos).

A nova era de veículos elétricos ilustra as poderosas oportunidades que podemos agarrar à medida que passamos da insustentável era do combustível fóssil para uma nova era de tecnologias sustentáveis. Nossos negociadores do clima atualmente brigam entre si porque enxergam o desafio climático apenas em termos negativos: quem pagará para reduzir o uso do combustível fóssil?

Mas a visão de Burns para o automóvel nos faz lembrar que a transição para a sustentabilidade pode trazer avanços reais na qualidade de vida. Isso não vale apenas no caso dos automóveis, vale também na escolha de sistemas energéticos, projetos de construção, planejamento urbano e sistemas alimentares (lembrando que a produção de alimentos e o transporte respondem por aproximadamente um sexto do total das emissões de gás do efeito estufa).

Precisamos repensar o desafio climático como uma oportunidade para debate livre e cooperação global numa série de avanços tecnológicos para obter desenvolvimento sustentável. Ao utilizarmos engenharia de vanguarda e novos tipos de parcerias público-privadas, poderemos acelerar a transição do mundo todo para tecnologias sustentáveis, com benefícios iguais para países ricos e pobres - e, dessa forma, encontrar a base para acordos globais sobre mudança climática, que até agora comprovaram ser fugazes.

Jeffrey D. Sachs é professor de Economia e diretor do Instituto Terra na Universidade Columbia. É também consultor especial do secretário-geral das Nações Unidas na questão das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Copyright: Project Syndicate, 2009. www.project-syndicate.org

Alcance das redes limita expansão dos serviços (Valor Econômico) 06/10/09

O número de conexões de internet banda larga no Brasil cresce em ritmo acelerado, mas ainda é pequeno e limitado por dois fatores: o alcance das redes de alta velocidade, que não chegam a boa parte do país, e o preço elevado do serviço.

Existem aproximadamente 11 milhões de conexões fixas e aproximadamente 2,7 milhões de acessos móveis, segundo dados das operadoras de telefonia e estimativas da consultoria IDC. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 31,2% dos domicílios brasileiros têm microcomputador e 23,8% (13,7 milhões) de lares têm acesso à internet.

Um dos empecilhos à disseminação mais rápida dos acesso à internet é a extensão das redes, que não chegam a todas as regiões do país - principalmente aos municípios do interior.

O governo federal tem estudado alternativas para implantar uma infraestrutura nacional de banda larga.

No mês passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que os ministérios relacionados ao assunto apresentem a ele até o início de novembro um plano nesse sentido.

A alternativa mais provável é o uso da rede de fibras ópticas da Eletronet, companhia estatal controlada pela Eletrobrás que está em processo de falência.

Porém, o grande pleito das operadoras de telefonia é a redução da carga tributária incidente sobre os serviços -que atualmente fica em torno de 40% da conta de serviços de telecomunicações. Só que esse pedido esbarra nas finanças dos governos estaduais, que têm nas companhias de

Santana é convidado a permanecer na direção da Aneel e Joísa deve sair (Valor Econômico) 06/10/09

Josette Goulart, de São Paulo

O fim do mandato de dois dos cinco diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no dia 22 de dezembro tem preocupado os agentes do setor sobre a forma como governo federal procederá na sucessão dos cargos. Nomes de possíveis substitutos aos diretores já circulam no mercado. Até agora o único convite à recondução ao cargo foi endereçado a Edvaldo Santana, mas que ainda não sabe se vai aceitar.

O temor dos empresários do setor é de que a agência fique à mercê do debate político e perca sua independência. A questão das tarifas de energia é o tema que mais preocupa as empresas distribuidoras, pois uma politização desse tema poderia deixá-las a mercê de alterações das regras de revisão tarifária. Elas hoje são alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que justamente questiona as tarifas.

Apesar de haver a possibilidade de recondução, a atual diretora Joísa Campanher Dutra Saraiva cujo mandato termina em dezembro deste ano não deve ser reconvidada para o cargo. Um forte candidato à vaga, segundo circula entre os agentes, é o professor da Universidade do Rio de Janeiro, Nivalde de Castro. Ele estava ontem no 10º Encontro Internacional de Energia promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ele garantiu que não tem nenhum convite e que não tem intenção de deixar a academia para ocupar um cargo de direção na Aneel.

Mas Castro é muito ligado ao atual diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner. Além de ter trânsito fácil com o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, e com o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema

(ONS), Hermes Chipp. Alguns agentes do setor e mesmo técnicos da Aneel têm, entretanto, restrições ao nome de Castro para a diretoria da agência pois acreditam que ele é alinhado demais com o governo federal e com pouco know-how técnico.

O governo conta com a recondução de Edvaldo Santana, que recebeu convite da ministra Dilma Rousseff a permanecer no cargo. Mas ele afirmou ontem que, apesar do convite, ainda tem dúvidas se vai se manter na agência. Ele diz que até agora pende 60% a ficar na agência e 40% a se dedicar apenas à vida acadêmica. Hoje ele atua também como professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Em agosto de 2010, outras duas vagas serão abertas com o fim do mandato dos diretores Romeu Rufino e José Guilherme Senna, e assim a composição da diretoria pode mudar drasticamente. Há uma aposta que Rufino seja reconduzido, pois teria uma visão mais próxima à do governo federal. Mas por ser um ano eleitoral, muitos deputados ou senadores que não têm chances de se reeleger podem pleitear as vagas colocando na mesa as alianças políticas para o próximo ano.

Pré-sal já tem convergências, diz Gabrielli (Valor Econômico) 06/10/09

Murillo Camarotto, de São Paulo

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, disse ontem que, no seu entender, o debate sobre o novo marco regulatório do setor petrolífero, necessário depois das descobertas da camada do pré-sal, apresentou avanços importantes no último mês, e que já se tem hoje "uma convergência nacional em torno do projeto defendido pelo governo".

"Antes se dizia que não precisava nem de marco regulatório. Agora o debate é essencialmente sobre o tempo necessários para o debate, além de alguns aspectos complementares", afirmou o executivo, que participou ontem do 10º Encontro Internacional de Energia, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em sua sede, São Paulo.

Segundo Gabrielli, a principal divergência de opiniões no momento gira em torno da proposta da oposição para que as áreas do pré-sal sejam exploradas por meio de um sistema misto de concessão e de partilha.

Já em relação às convergências, o presidente da Petrobras destacou a necessidade de um novo marco regulatório, de um melhor uso dos recursos do petróleo e da maior participação de empresas nacionais no fornecimento de equipamentos para a indústria do petrolífera.

Sobre as expectativas para a votação dos projetos do pré-sal no Congresso, cujo início está marcado para 10 de novembro na Câmara, Gabrielli acredita que não deve ser concluída antes do fim do primeiro trimestre de 2010. Diante disso, e das questões que terão que ser resolvidas após a escolha do novo marco regulatório, os leilões do pré-sal só devem ocorrer mesmo em 2011.

Gabrielli também disse que, após análises técnicas, já existem convergências também com o Tribunal de Contas da União (TCU), que vem questionando alguns projetos da Petrobras, entre os quais a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. O executivo também afirmou que divergências técnicas entre empresas e TCU são inerentes ao processo de desenvolvimento de um país.

"Se compararmos o que tem sido afirmado nos relatório preliminares dos auditores com as conclusões do próprio TCU depois do análise do processo, vamos ver que há uma diferença muito grande entre o que foi anunciado inicialmente no relatório técnico do auditor e o que conclui o TCU sobre esse mesmo assunto após a discussão técnica", afirmou.

Negócios em terra indígena terão licitação e royalties (Valor Econômico) 06/10/09

Juliano Basile, de Brasília

As mineradoras terão de dar prioridade aos índios na contratação de pessoal, com salários iguais ao dos demais trabalhadores

O governo concluiu projeto de lei que garante a realização de negócios de mineração e energia elétrica em terras indígenas. Pelo projeto, as empresas poderão realizar empreendimentos nas reservas, que somam 13% do território

nacional, mas terão de dar várias contrapartidas aos índios, como royalties, compensações ambientais e contratação de mão de obra.

Os índios terão participação direta nos investimentos. No caso da mineração, as aldeias poderão até vetar os empreendimentos se julgarem que serão afetadas negativamente em sua cultura ou ambiente. As mineradoras terão de dar prioridade aos índios na contratação de pessoal, com salários iguais ao dos demais trabalhadores. Os lucros com a exploração de minério serão repartidos com as aldeias afetadas pela atividade.

As comunidades indígenas também terão direito a receber royalties e preferência na contratação no caso do aproveitamento dos rios para energia elétrica. Não terão, porém, direito de veto aos projetos. Para a construção de hidrelétricas, participarão de todos os debates que antecedem às obras. O projeto prevê que o nível dos rios deve ser mantido de forma a garantir o consumo, os costumes e as tradições indígenas. No mínimo 10% dos ganhos da empresa que explorar recursos hídricos em reservas irão para os índios, além da reparação por eventuais danos ambientais.

O texto enviado ao Congresso, com 235 artigos, prevê ainda que todos os projetos de investimentos em reservas terão de ser discutidos antes com as comunidades locais. As empresas só poderão atuar por meio de licitação pública a ser aberta posteriormente. Primeiro, as aldeias participarão da definição das linhas gerais de cada empreendimento e só depois será preparado o edital.

Congresso: Foco são as atribuições do Conselho Nacional de Política Energética, integrado por sete ministros

Emendas buscam reduzir poder do governo (Valor Econômico) 06/10/09

Raquel Ulhôa, de Brasília

Henrique Eduardo Alves: "As emendas mostram a necessidade de diálogo"

As emendas apresentadas ao projeto de lei que institui o regime de partilha para a exploração e produção do petróleo em áreas do pré-sal mostram preocupação dos parlamentares - governistas e da oposição - em tentar restringir os poderes do governo federal no processo. Os deputados propõem fixar na própria lei regras que, pelo projeto, ficariam a cargo do Poder Executivo, a partir de proposta do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão de assessoramento do presidente da República integrado por sete ministros.

"Essas emendas mostram a necessidade de diálogo", afirma o relator do projeto, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Ele pediu uma conversa com os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Edison Lobão (Minas e Energia), que está marcada para hoje, às 11h. O deputado quer "buscar informações e discutir a essência do projeto".

Além das questões técnicas, os integrantes da comissão especial encarregada de dar parecer sobre o projeto mostram dúvidas quanto à constitucionalidade da proposta. A comissão realiza hoje audiência pública com o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Há, entre as emendas, uma série de propostas para que os planos e contratos de produção e exploração aprovados pelo Executivo sejam ratificados pelo Congresso. "A política nacional de produção e exploração de petróleo deverá ser submetida ao Congresso Nacional, como ocorre em países como Bolívia e Noruega, onde os contratos assinados necessitam da ratificação do Parlamento", dizem os deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Fernando Coruja (PPS-SC), em emendas idênticas, que se repetem com outros proponentes.

Entre outras preocupações da oposição, estão a de retirar da Petrobras a condição de operador exclusivo dos blocos sob o regime de partilha de produção, proibir a contratação direta da empresa pela União para exploração e produção de petróleo e gás natural e reduzir a influência da Petro-sal, na administração do consórcio.

Pelo regime de partilha, a empresa que explora o petróleo divide o produto com a União. Vence o leilão para exploração quem oferecer o maior percentual de partilha com a União. O modelo adotado atualmente é o da concessão, que continuará sendo adotado em áreas fora do pré-sal. Nesse caso, o risco da exploração é da empresa, que, em contrapartida, é dona do petróleo produzido e paga à União, aos Estados e municípios compensações financeiras (bônus de assinatura, royalties e participações especiais). O governo decidiu alterar o modelo de exploração, considerando o alto potencial e baixo risco do pré-sal.

A maior parte das 362 emendas trata da distribuição das receitas governamentais (royalties e bônus de assinatura, assunto que o governo e o relator pretendem deixar para depois, em outra lei específica), participações especiais (que não existirão no novo modelo) e divisão de recursos da comercialização - tema do projeto que cria o Fundo Social.

Sem considerar essas emendas relativas a receitas governamentais e a aplicação do dinheiro do pré-sal, que nem serão analisadas pelo relator, os exemplos de propostas mais comuns encontradas nas emendas são: definição do percentual mínimo de óleo excedente da União, do percentual mínimo de participação da Petrobras no consórcio e do que são "áreas estratégicas". Pelo projeto do governo, essas são atribuições do CNPE.

Áreas estratégicas, de acordo com o projeto do governo, são regiões de interesse para o desenvolvimento regional, a serem delimitadas em ato do Poder Executivo após proposta do CNPE, caracterizada pelo baixo risco exploratório e elevado potencial de produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. Nessas áreas também será adotado o regime de partilha, mesmo não se tratando de pré-sal.

Em audiência na comissão, Lobão garantiu que o governo cercou-se de garantias da legalidade do projeto. Quanto a propostas citadas pelo relator, como fixação de percentual mínimo de óleo excedente da União e definição de área estratégica, o ministro considerou "desnecessárias".

Pelo projeto do governo, cabe também ao CNPE propor a participação mínima da Petrobras no consórcio, que pelo projeto não poderá ser inferior a 30%, e o percentual mínimo do excedente em óleo para a União - vencerá a licitação a proposta que oferecer o maior excedente em óleo para a União.

"A complexidade de um contrato de partilha de produção depende do marco legal do país. Se o país determinar as regras básicas dos contratos em lei, os contratos tornam-se mais simples, pois a maior parte das questões já está abrangida pela própria lei", afirma o líder do PSB, Rodrigo Rollemberg (DF), em emenda que propõe percentual mínimo de 70% do excedente em óleo. Há variadas propostas nessa área. Ivan Valente (P-SOL-SP) sugere um mínimo o maior percentual: 80%.

Infraestrutura: Diretor do lado paraguaio de Itaipu cobra medidas acertadas com o governo brasileiro

Paraguai faz ofensiva para vender energia (Valor Econômico) 06/10/09

Luciano Máximo, de São Paulo

Carlos Balmelli: "FHC disse que a integração comercial entre os dois países não funcionou muito bem no passado" Na reta final para os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo avaliarem a proposta de entrada do Paraguai na venda de energia no mercado livre brasileiro, o país vizinho demonstrou mais uma vez que está na ofensiva. O principal negociador do lado paraguaio e diretor-executivo da Itaipu Binacional, Carlos Mateo Balmelli, disse ao Valor que o Paraguai busca uma integração energética com o Brasil baseada num projeto de desenvolvimento regional que contempla isenções tributárias e baixo custo de energia para empresas brasileiras se instalarem no Paraguai para a exploração do mercado do Cone Sul. A contrapartida do Brasil seria a revisão do tratado da hidrelétrica, firmado em 1973, permitindo que a Administración Nacional de Electricidad (Ande), que detém 50% das ações da Itaipu junto com a Eletrobrás, passe a comercializar 300 MW ao ano, de forma acumulativa, para consumidores livres brasileiros.

Na quarta-feira, o Paraguai reivindicou ao grupo de trabalho da usina binacional, que segue orientações do acordo presidencial fechado em julho deste ano, a entrada no mercado brasileiro e a construção de uma linha de transmissão entre Itaipu, em Foz do Iguaçu, e Assunção, para ampliar a capacidade de geração de energia paraguaia. Além disso, o Brasil estuda ampliar de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões a taxa paga pela cessão de energia da hidrelétrica para o Paraguai. O prazo para os presidentes brasileiro e paraguaio avaliarem essas propostas termina no dia 25. Os Congressos dos dois países deverão analisar as demandas.

"Não buscamos fazer terrorismo, sabemos que haverá expansão na demanda por energia no Brasil e queremos acessar esse mercado de forma gradual e progressiva, utilizando Itaipu como ponto de interconexão. Isso foi decidido no acordo presidencial de julho e é uma janela de oportunidades para os dois países, porque nós teremos soberania energética e o Brasil terá segurança", afirmou Balmelli.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Zimmermann, negou que o governo brasileiro já tenha firmado acordo com o Paraguai. Segundo ele, os técnicos paraguaios de Itaipu apresentaram documento sobre o assunto que será analisado em reunião nesta quinta-feira. "Itaipu e Eletrobrás estão fazendo avaliações para que se tenha uma nota para que os presidentes aceitem a tese de que a Ande possa vender aqui. Eles passaram essa informação e isso agora vai ser discutido numa sequência de reuniões, mas a decisão final será do Congresso brasileiro", esclareceu.

O esforço paraguaio para furar o bloqueio do tratado incluiu até um encontro de Balmelli com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no domingo, para a obtenção de apoio político. "O ex-presidente disse que a integração comercial

entre os dois países não funcionou muito bem no passado, mas que deve ser priorizada agora e prometeu apoiar nossa demanda", relatou.

O ex-presidente da Itaipu Binacional, Fernando Xavier Ferreira, sustenta que vai ser complicado o Paraguai comercializar energia no Brasil. "Eles não têm experiência nesse ambiente, que tem um mercado livre com um preço bastante baixo. O que o país vizinho recebe pela cessão de energia da Eletrobrás dificilmente será coberto pela demanda do mercado livre." Atualmente, o Paraguai consome apenas 5% do total da energia que tem direito de Itaipu e cede os 95% restantes à Eletrobrás a uma tarifa de cerca de US\$ 45 MW/hora. No mercado livre brasileiro hoje, o MW/hora está custando próximo de R\$ 20.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) José Sidnei Martini, diz ainda que há entraves técnicos para o Paraguai ofertar energia no mercado nacional. "A energia elétrica de direito do Paraguai é disponível na barra de Itaipu em corrente alternada e em 50 Hertz. Para vender no mercado livre brasileiro, Furnas continuará a realizar as conversões para o padrão brasileiro, de 60 Hertz. Isso quer dizer que o Paraguai poderá ter um retorno menor que tem hoje na energia vendida para o Brasil", afirma.

Energia: Mineradora negocia adesão a consórcio que reuniria CPFL, Neoenergia e grupo Suez

Vale estuda entrar em Belo Monte (Valor Econômico) 06/10/09

Chico Santos e Vera Saavedra Durão, do Rio

A Vale está negociando a formação de um consórcio que seria integrado também Suez, CPFL e Neoenergia para disputar a hidrelétrica Belo Monte, no Pará. Até agora, como apurou o Valor, ainda não há acerto firme, mas as conversas e entendimentos estão em fase adiantada. O projeto é muito grande e há necessidade de conjugar esforço para torná-lo viável, disse Maurício Bähr, presidente do conselho de administração da Suez Energy Latin America que controla os ativos do grupo franco belga GDF Suez, na região.

A provável entrada da Vale reforçaria o futuro consórcio do grupo Suez que, pelo rumo atual das negociações, deve entrar na briga contra um outro liderado pela Odebrecht. O grupo baiano já disse que pretende participar do leilão, "desde que as condições oferecidas pelo governo sejam mais atraentes que as anunciadas até o momento", disse Sérgio Bourroul, assessor de comunicação da Odebrecht. Segundo ele, o que a construtora considera condições pouco atraentes é basicamente a informação recente "de um limite de um custo de R\$ 16 bilhões para a construção da usina. Os estudos apontam para cerca de R\$ 30 bilhões". Este custo foi estimado, segundo ele, por um consórcio formado por Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht.

Há algum tempo, a Vale manifestou interesse por Belo Monte principalmente por causa dos negócios de alumínio que toca na região e que demandam muita energia, como Albrás e Alunorte. A mineradora tem interesse na energia para consumo próprio e por isso só pode ter no máximo 20% do consórcio. Hoje, a Vale responde por cerca de 4% da energia consumida no país. Como a geração firme de Belo Monte, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), deve ser de 4,6 mil MW médios, ela poderia utilizar 920 MW.

"O grupo Suez está fazendo estudos topográficos para estimar o valor do projeto", disse Bahr, mencionando que a diferença entre o valor da EPE e o das construtoras (R\$ 30 bilhões) é de R\$ 16 bilhões. "A diferença de avaliação é muito grande". Bähr confirmou conversas com Neoenergia e CPF para possível associação. Observou, no entanto, não há ainda nada fechado. Segundo ele, a licitação do projeto está na dependência da licença prévia a ser dada pelo Ibama, órgão federal de Meio Ambiente.

A EPE pretende levar Belo Monte a leilão ainda este ano, segundo disse ontem seu presidente, Maurício Tolmasquim. A empresa está certa de que haverá disputa pela execução e operação do projeto. Embora a licença do Ibama seja condição básica para que o leilão ocorra, ela não é impeditivo para a publicação do edital de licitação, a ser feito pelo menos 30 dias antes da data a ser fixada para a disputa.

O governo tem no momento duas urgências antes da licença prévia. A primeira é a manifestação do Tribunal de Contas da União sobre a documentação enviada dois meses atrás pela EPE sobre a construção da usina e da forma de licitação. Sem a anuência do TCU o processo não tem como ir adiante. A segunda é a Declaração de Recurso de Disponibilidade Hídrica a ser emitida pela Agência Nacional de Águas. Somente de posse dessa declaração será possível precisar qual será a energia firme da usina do rio Xingu.

O governo disse que a Eletrobrás pretende ter até 49% do investimento da hidrelétrica. Belo Monte potência para gerar 11 mil MW, mas deve gerar metade disso por ser uma usina sem reservatório.

Bovespa supera os 63 mil pontos; dólar cai a R\$ 1,749 (Valor Econômico) **06/10/09**

SÃO PAULO - A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) começa a terça-feira com forte valorização, retomando os 63 mil pela primeira vez desde 1º de julho do ano passado. Por volta das 10h50, o Ibovespa apontava alta de 1,27%, aos 63.162 pontos, com giro financeiro em R\$ 900 milhões.

O tom positivo no mercado local é reflexo do cenário externo positivo. Em Wall Street, o Dow Jones ganhava 1,11%, enquanto o S & P 500 e o Nasdaq valorizavam 1,10% e 1,12%, respectivamente.

A notícia mais comentada do dia é o ajuste de juros na Austrália. O país foi o primeiro do G-20 a elevar a taxa básica de juros. O banco central do país elevou o custo do dinheiro em 0,25 ponto percentual, para 3,25% ao ano. Como passou o risco de uma séria contração econômica, o banco central do país acha prudente reduzir de forma gradual os estímulos via política monetária.

No câmbio, uma notícia do diário britânico Independent corre as mesas de operação. De acordo com a reportagem, os produtores árabes de petróleo, em conjunto com a Rússia, China, Japão e França, planejam o fim das negociações de petróleo usando o dólar como moeda de referência.

A ideia é utilizar uma cesta de moedas, composta por iene, euro, yuan, ouro e uma nova moeda comum que está sendo planejada para vigorar entre os membros do Conselho de Cooperação do Golfo, entre eles Arábia Saudita, Abu Dhabi, Kuwait e Qatar.

Diante de tal sinalização, o dólar perde valor de forma generalizada, enquanto os agentes vão em busca de ativos reais como ações e commodities.

Por aqui, a moeda americana continua perdendo valor, testando novas mínimas para o ano. Há pouco, o dólar comercial valia R\$ 1,749 na venda, baixa de 0,68%.

De volta ao Ibovespa, os carros chefe lideravam os ganhos do dia. Petrobras PN tinha acréscimo de 1,13%, a R\$ 34,84, e Vale PNA aumentava 1,05%, a R\$ 37,53. Como terceiro maior pregão do dia, Gerdau PN ganhava 2,62%, a R\$ 25,45.

Entre os bancos, Banco do Brasil ON subia 1,58%, a R\$ 31,34. A estatal anunciou a reestruturação de sua área de seguros e anunciou parceiras e negócios com Mapfre e Sul América. Ainda no setor, Bradesco PN valorizava 1,55%, a R\$ 37,22, e Itaú Unibanco PN ganhava 1,44%, a R\$ 37,23.

Com o maior ganho dentro do índice, Braskem PNA subia 4,31%, a R\$ 11,85. MMX Miner ON subia 3,67%, a R\$ 12,13, e Rossi ON também ganhava 2,17%, a R\$ 13,64.

Na ponta vendedora, Telemar Norte Leste PNA marcava baixa de 0,41%, a R\$ 60,25, Lojas Renner ON, que subiu forte ontem, perdia 0,24%, a R\$ 32,67, e Comgás PNA declinava 0,23%, a R\$ 33,74.

(Valor)

Celesc G realiza leilão de venda para curto e longo prazos (CanalEnergia) **05/10/09**

Serão ofertados lotes de 0,2 MW, em setembro de 2009, e de 0,5 MW, entre 2010 e 2015
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Celesc Geração realiza nesta terça-feira, 6 de outubro, leilão de venda para curto e longo prazos. Ao todo, serão negociados dois produtos, que têm a energia proveniente de pequenas centrais hidrelétricas. Os interessados devem enviar propostas entre 16 horas e 16:30 horas. O preço mínimo será divulgado até dez minutos antes do início do certame.

No curto prazo, serão ofertados lotes de 0,2 MW de 1º a 30 de setembro. Novidade nos certames promovidos pela Celesc-G, o leilão de longo prazo ofertará lotes de 0,1 MW para entrega no período 2010-2015. A empresa informou que

pode planejar a contratação já que o mínimo de compra é de cinco lotes (0,5 MW). Neste caso, o preço pode sofrer diferenciação para o caso de a empresa receber autorização para aplicar o desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição.

Paraguai já negocia com empresários brasileiros venda no mercado livre (CanalEnergia) 05/10/09

Proposta é que a partir de 2011 sejam colocados a cada ano 300 MW no mercado livre, segundo Carlos Mateo Balmelli. Proposta teria sido apresentada, mas governo brasileiro nega
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Mercado Livre

O Paraguai já está negociando com empresários brasileiros a venda da sua parte da energia de Itaipu. De acordo com o diretor geral paraguaio da Itaipu Binacional, Carlos Quinto Mateo Balmelli, já existem conversações com algumas empresas brasileiras. "No entanto, não posso citar ainda que empresas são essas", comentou.

A proposta do Paraguai que teria sido apresentada na última semana ao Brasil consta que o país vizinho começaria em 2011 a vender 300 MW para o mercado livre brasileiro. "A partir daí, a cada ano entraria mais 300 MW, sendo o montante cumulativo, ou seja, em 2012 já teriam 600 MW no mercado livre brasileiro", explicou Balmelli ao participar do 10º Encontro Internacional de Energia, que acontece em São Paulo. Balmelli afirma que apresentou a proposta ao governo brasileiro na reunião, enquanto Zimmermann nega que tenha recebido a proposta paraguaia.

Entretanto, o executivo paraguaio admitiu que a Ande poderia se associar a uma empresa brasileira para realizar as vendas de energia no país. "A Ande poderia se associar a uma comercializadora ou até a própria Eletrobrás", comentou sem explicar, no entanto, de que modo isso aconteceria. Outro ponto da proposta, segundo Balmelli, é que o Paraguai poderia, a qualquer momento, continuar vendendo sua energia no mercado cativo, sem também explicar como ficariam as distribuidoras com o acordo, já que não teriam garantias de que essa energia permaneceria no ambiente regulado. "Não vamos fazer terrorismo no mercado energético brasileiro. Queremos que o mercado do Brasil seja estável", acrescentou.

O executivo disse ainda que a dívida que o Paraguai tem com o Brasil pela construção de Itaipu continuará sendo paga. "Claro que só vamos vender nossa energia no mercado livre se o preço for conveniente e suficiente para pagar a dívida", disse. Segundo ele, a expectativa é que o mercado brasileiro cresça e precise de mais energia, o que faz com que o mercado livre seja atraente. "Não somos apostadores de cassino", declarou. Ele disse ainda que esta semana acontecerá mais uma reunião entre técnicos paraguaios e brasileiros para discutir a proposta. "Na semana que vem os técnicos irão se reunir novamente", afirmou.

Balmelli ressaltou que a energia de Itaipu é competitiva, principalmente se comparadas a outras fontes limpas como a eólica. "Além disso, as novas hidrelétricas enfrentam diversos problemas ambientais para serem construídas. Por isso, acreditamos que a energia de Itaipu será bem recebida no mercado brasileiro", avaliou.

Equatorial ON encerra em alta de 6,09% (CanalEnergia) 05/10/09

Tractebel ON fecha com baixa de 1,55%. IEE chega aos 22.936 pontos com alta de 2,02%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Equatorial ON encerrou em alta de 6,09% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 5 de outubro. Outros resultados positivos marcaram o Índice de Energia Elétrica, como o da MPX Energia ON (5,47%). A Tractebel ON fechou com baixa de 1,55%, seguida pela Terna Participações UNT (-0,13%). A AES Tietê PN apresentou estabilidade ao fim deste pregão. O IEE alcançou os 22.936 pontos e encerrou em alta de 2,02%. O Ibovespa também fechou em alta, com 1,96%, aos 62.369 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,87%
AES Tietê PN: estável
Celesc PNB: 0,73%
Cemig PN: 1,47%
Cesp PNB: 3,31%
Coelce PNA: 1,67%
Copel PNB: 2,36%

CPFL Energia ON: 2,02%
Eletrobrás PNB: 1,82%
Energias do Brasil ON: 1,10%
Equatorial ON: 6,09%
Light ON: 3,46%
MPX Energia ON: 5,47%
Tractebel ON: -1,55%
Terna Participações UNT: -0,13%
Transmissão Paulista PN: 3,00%

PCH Eng^o Jorge Dreher inicia operação comercial de 5,7 MW (CanalEnergia) 05/10/09

Localizada nos municípios de Júlio de Castilhos e Salto do Jacuí, no Rio Grande do Sul, usina também iniciará testes de 0,32 MW
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial da unidade geradora 1, de 5,7 MW, da pequena central hidrelétrica Eng^o Jorge Dreher. De acordo com despacho 3.756 publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 5 de outubro, a usina pertence à BME - Rincão do Ivaí Energia e está localizada nos municípios de Júlio de Castilhos e Salto do Jacuí, no Rio Grande do Sul.

Testes - A BME - Rincão do Ivaí Energia também recebeu autorização para iniciar testes na unidade geradora 4, que tem 0,32 MW de potência, da mesma PCH. A companhia terá prazo de 60 dias para envio de relatório confirmando ou corrigindo a potência das unidades.

Belo Monte: preço teto deve ser próximo do fixado para usinas do Rio Madeira (CanalEnergia) 05/10/09

Segundo Mauricio Tolmasquim, existe possibilidade de TCU emitir parecer sobre obra após liberação de licença prévia Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Planejamento e Expansão

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim, avalia que o preço teto da hidrelétrica de Belo Monte (PA, 11.233 MW) deve ficar "na mesma faixa" do praticado pelas usinas do complexo hidrelétrico do Rio Madeira. Santo Antônio foi leiloadado em dezembro de 2007 e teve preço inicial de R\$ 122 por MWh, enquanto Jirau, licitada em meados de 2008, teve preço teto de R\$ 91 por MWh.

Segundo ele, o Tribunal de Contas da União está analisando o projeto da usina há pouco mais de 60 dias e há a possibilidade de o TCU deliberar o parecer apenas após a liberação da licença prévia. Tolmasquim ressaltou que essa eventualidade não é certa de acontecer porque em outras ocasiões, o tribunal chegou a emitir parecer mesmo antes da concessão da licença.

Ainda de acordo com Tolmasquim, na próxima terça-feira, 6 de outubro, a Agência Nacional de Águas deve conceder a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), documento que dá o valor definitivo da energia assegurada da usina. Pelo estudo otimizado pela EPE, Belo Monte terá 4.600 MWmed de garantia firme, mas dependendo do resultado da DRDH, o valor do preço teto poderá variar, em função da energia assegurada que venha estabelecida, pois o preço teto varia proporcionalmente à energia assegurada.

"Mas o valor deve ser esse mesmo que consideramos", projeta Tolmasquim, que participou do 10^o Encontro Internacional de Energia, que acontece em São Paulo. Ele avaliou ainda que o preço da energia para o mercado regulado deve ser atraente mesmo com os preços do ambiente livre em queda. Segundo ele, os preços da energia negociada pelas usinas para as parcelas destinadas ao mercado livre ajudaram a compensar um valor mais baixo para o cativo.

Mas ainda que o cenário atual seja de preços menores para o ambiente livre, ressaltou Tolmasquim, esse contexto não deve interferir na composição da tarifa para o mercado regulado. Nessa linha, o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, avalia que Belo Monte terá uma das tarifas de energia mais baixas das últimas licitadas.

Investimentos - Tolmasquim contou ainda que alguns empreendedores enviaram carta à EPE na qual reivindicavam um valor maior de investimento para a hidrelétrica. A usina foi orçada pela EPE em R\$ 16 bilhões. Eles alegaram que o valor não condiz à realidade, por não considerar custos de escavação e logística. Porém, de acordo com o presidente da EPE, os argumentos não foram consistentes o suficiente para que houvesse uma alteração no custo do empreendimento.

Já o sócio da BR Investimentos e ex-diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, disse que o cálculo do valor a ser investido só terá confirmação de que está correto no dia do leilão. Segundo ele, caso dê "vazio" no dia do certame, o fato sinalizará que o valor do investimento está errado. Caso contrário, acrescenta, se ocorrer competição, é sinal de que o montante está adequadamente projetado.

ICGs - Tolmasquim afirmou também que está prevista para esta semana a realização de uma reunião entre a EPE e empreendedores para debater a questão das Instalações Compartilhadas de Geração para as usinas eólicas que vão participar do leilão de reserva previsto para o dia 25 de novembro. Segundo Tolmasquim, a proposta é de que os agentes não realizem aportes de garantias antes do certame.

AES estuda térmica de 500 MW para cumprir contrato de expansão da geração (CanalEnergia) 05/10/09

Foco é atender exigência de expandir parque gerador, afirma Britaldo Soares
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Planejamento e Expansão

A AES Brasil está estudando a instalação de uma termelétrica de 500 MW em São Paulo para cumprir o contrato que obriga a AES Tietê a expandir em 400 MW sua capacidade instalada. De acordo com Britaldo Soares, diretor presidente da AES Eletropaulo, os estudos ainda estão na fase de viabilidade econômica e de localização.

"Agora, nosso foco na geração está em atender essa obrigação da AES Tietê de expandir seu parque gerador. Então, nesse momento não temos interesse em outros projetos, como Belo Monte", afirmou Soares. Quanto a Brasileira, o executivo reafirmou o interesse da AES em comprar a parte do BNDESPar. "O que acontece é que não tem nenhuma movimentação do lado do BNDES para que a ação seja concretizada. Mas temos dinheiro em caixa para realizar a operação", explicou.

Segundo ele, o Brasil é o maior negócio da AES no mundo inteiro, inclusive maior do que nos Estados Unidos, respondendo por 33% do faturamento consolidado da companhia. "A estratégia do grupo com relação ao Brasil é aumentar a sua participação na Brasileira tão logo o BNDES deseje vender sua participação", comentou. Soares disse ainda que a companhia não pretende vender nenhum ativo para se capitalizar para a compra da Brasileira.

S&P: Escelsa tem ratings colocados em CreditWatch positivo (CanalEnergia) 05/10/09

Segundo a agência, colocação na listagem CreditWatch reflete a visão de que há uma alta probabilidade de elevação dos ratings da companhia
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Standard & Poor's colocou em CreditWatch positivo os ratings de crédito corporativo de longo prazo 'BB-' na escala global e 'brA+' na Escala Nacional Brasil atribuídos a Escelsa (ES), e também o rating 'brA+' atribuído à sua emissão de debêntures no valor de R\$ 200 milhões.

De acordo com a agência de risco, a colocação na listagem CreditWatch reflete a visão de que há uma alta probabilidade de elevação dos ratings da Escelsa, visto que a empresa apresentou desempenho financeiro melhor do que o esperado no primeiro semestre de 2009. Sua geração de caixa e métricas, segundo a S&P, foram fortes no período, apesar da queda no consumo de energia no segmento industrial na área de concessão da distribuidora decorrente da recessão global.

MME enquadra PCHs e termelétricas no Reidi (CanalEnergia) 05/10/09

Térmicas estão localizadas na Bahia, enquanto pequenas centrais hidrelétricas estão instaladas no Mato Grosso
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Ministério de Minas e Energia autorizou o enquadramento de duas pequenas centrais hidrelétricas e duas térmicas no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. As usinas estão localizadas no Mato Grosso e na Bahia, conforme portarias publicadas no Diário Oficial da União da última quinta-feira, 1º de outubro.

A empresa Termelétrica Itapebi teve enquadrada a térmica de mesmo nome, localizada no município de Itapebi, na Bahia. A usina tem 145,8 MW de potência instalada. No mesmo estado, o MME também enquadrou a termelétrica Monte Pascoal, de propriedade da empresa Termelétrica Monte Pascoal. Com 144,7 MW de potência, a usina está instalada no município de Eunápolis.

O MME também enquadrou duas PCHs do Mato Grosso. Uma delas é a Cidezal, de 17,1 MW. A usina é de propriedade da Campos de Júlio Energia e está localizada nos municípios de Campos de Júlio e Sapezal. Outra PCH instalada no mesmo município e enquadrada no Reidi é a Parecis, que tem 15,4 MW de potência. A responsável pelo empreendimento é a Parecis Energia.

Usinas da Termomanaus são autorizadas a prorrogar operação comercial (CanalEnergia) 05/10/09

Térmicas Termomanaus, de 156,1 MW, e Pau Ferro I, com 102,6 MW, vão operar até o próximo dia 31 de dezembro Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a prorrogação da operação comercial por tempo determinado de duas usinas da Termomanaus. Ambas as térmicas vão operar até o próximo dia 31 de dezembro. Da UTE Termomanaus foram liberadas as unidades geradoras UG1 a UG347, de 0,45 MW cada, totalizando 156,1 MW de capacidade instalada. Já a UTE Pau Ferro I teve liberada as turbinas UG1 a UG228, também com 0,45 MW cada, que somam 102,6 MW.

A medida da Aneel, de acordo com despachos publicados na edição desta sexta-feira, 2 de outubro, do Diário Oficial da União, foi determinada em consideração à validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível, estabelecida pelo contrato de fornecimento do insumo e aditivos ao termo de compromisso firmado entre a Termomanaus e a Petrobras.

Operação comercial - A Aneel liberou ainda quatro turbinas da térmica Frutal para início da operação comercial. A unidade geradora 1 tem 15 MW. Já as unidades 2, 3 e 4 têm cada 0,36 MW, totalizando 16 MW, segundo despacho 3.735 do D.O.U. desta sexta, 2. Localizado no município de Frutal, em Minas Gerais o empreendimento pertence à Usina Frutal Açúcar e Álcool.

Tucuruí opera com 37,42% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 05/10/09

Armazenamento do Norte atinge 52,3% do volume, segundo dados do ONS Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 37,42% da capacidade armazenada, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes ao último domingo, 4 de outubro. Os reservatórios do Norte atingem 52,3% do volume e registram baixa de 0,3%. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 68,1% do volume, com baixa de 0,2%. O índice está 40,1% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 65,70% da capacidade.

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 52,3% do volume acumulado, registrando baixa de 0,3%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 37,42% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 69,8% do volume, com baixa de 0,1%. O índice está 40,3% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de M. Moraes e Promissão operam com 81,47% e 91,82%, respectivamente.

Submercado Sul - Os reservatórios registram 94,4% do volume acumulado, com alta de 0,4%. O índice está 81,3% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Ernestina trabalha com 69,47% da capacidade de armazenamento.

BNDESPar aumenta participação na Eletrobrás para 21,08% (CanalEnergia) 05/10/09

Braço de investimento do banco de fomento detém agora mais de 190 milhões de ações ON e mais de 18,691 milhões de PNB

Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A BNDES Participações, braço de investimentos do BNDES, aumentou a participação na Eletrobrás para 21,08% das ações ordinárias e 8,23% das ações preferenciais classe B, segundo carta enviada à Comissão de Valores Mobiliários divulgada nesta segunda-feira, 5 de outubro. A correspondência, no entanto, é datada de 16 de setembro. Com isso, a BNDESPar passa a deter 190.757.951 ações ON e 18.691.102 ações PNB. A empresa detinha 14,78% dos papéis ordinários e 0,44% dos preferencialistas antes da operação.

Óleo combustível: saída para penalidades será definida até fim do ano (CanalEnergia) 05/10/09

Usinas tiveram autorização especial para operação comercial prorrogada para até 31 de dezembro

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A decisão a respeito da penalidade por falta de lastro em função de fornecimento de combustível para térmicas a óleo pode sair ainda este ano, na avaliação de executivo que acompanha o tema. Ao longo da última semana, várias plantas a óleo combustível tiveram autorização especial para operação comercial prorrogada para até 31 de dezembro. A medida foi adotada até que se encontre solução definitiva para impasse. A questão envolve a Agência Nacional de Energia Elétrica e a BR Distribuidora, que não aceita assinar contratos de fornecimento de combustível por período de 15 anos, por não aceitar ser solidária nas punições em caso de suspensão no fornecimento do insumo.

MME alerta sobre problemas que a IN7 pode causar para setor elétrico (CanalEnergia) 05/10/09

Ministério encaminhou documento ao MMA com levantamento sobre as barreiras criadas pela norma
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Meio Ambiente

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, afirmou que o MME já alertou o Ministério do Meio Ambiente sobre os problemas que a Instrução Normativa nº 7 traz para o setor elétrico brasileiro. Segundo ele, foi realizado um levantamento sobre as barreiras criadas pela norma e encaminhado um documento para o MMA.

"Nós já alertamos que essa norma causa um problema muito sério para o setor elétrico", afirmou Zimmermann. De acordo com ele, o setor é responsável por apenas 2% das emissões de gás carbônico do país e, por isso, não pode ser taxado com uma norma que tira a competitividade de algumas fontes energéticas. A IN7 estabelece o reflorestamento e a instalação de usinas a fontes renováveis como medidas compensatórias de emissões de termelétricas a óleo e a carvão.

Segundo o secretário, mesmo com a entrada das termelétricas, principalmente a óleo combustível, contratadas nos leilões do ano passado, o percentual de emissões do setor elétrico não deverá aumentar. "Como no futuro a carga do Brasil vai crescer, assim como a participação das termelétricas, o percentual vai permanecer o mesmo. E essa proporção também não aumenta porque a expectativa é que essas térmicas gerem apenas 7% ou 8% do tempo de contratação, que é de 15 anos", ressaltou.

A Instrução Normativa 7 foi publicada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e dá base para proposta de resolução em debate no Conselho Nacional do Meio Ambiente.

MME nega entendimento sobre venda de 300 MW de Itaipu no mercado livre a partir de 2011 (CanalEnergia) 05/10/09

Segundo Márcio Zimmermann, montante não foi tratado em reunião ocorrida na semana passada, mas sim elevação de valores de cessão da energia

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Regulação e Política

O secretário executivo do ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, negou que houvesse algum entendimento entre o Brasil e o Paraguai para a venda inicial de 300 MW da parte paraguaia da energia de Itaipu no mercado livre brasileiro a partir de 2011. Segundo ele, a primeira reunião com o país vizinho aconteceu na semana passada, mas o volume de energia não foi negociado.

"O que foi encaminhado na reunião da semana passado foi de elevar para 15,3 o fator de multiplicação aplicável aos valores da cessão", afirmou o secretário ao participar do 10º Encontro Internacional de Energia, que acontece em São Paulo. Com o aumento proposto, os pagamentos anuais feitos ao Paraguai deverão passar de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões.

Na semana passada, o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai divulgou uma nota afirmando que a comissão formada por membros dos dois países acertou que o Paraguai poderá vender, de início, 300 MW no mercado livre brasileiro a partir de 2011. "Eu faço parte da comissão e nada disso foi discutido", frisou Zimmermann.

No entanto, o secretário comentou que no final da reunião, que aconteceu na quinta-feira, 1º de outubro, foi entregue um documento pelo Paraguai para ser analisado pelo Brasil. "Pode ser que nesse documento fale desse número de 300 MW, mas isso não foi discutido na reunião. Agora precisamos fazer as avaliações", contou. Ele disse ainda que os países terão diversas reuniões para discutir sobre Itaipu e provavelmente haverá outro encontro nessa semana.

Zimmermann resaltou que o mais importante é que o Paraguai tem uma dívida grande com o Brasil referente a Itaipu e que isso tem que continuar sendo pago. "Até hoje o Brasil sempre garantiu que essa dívida fosse paga, pois o Paraguai tem um recebível muito bom, mas se a Ande quiser vender essa energia no mercado livre, ela terá que dar garantias de que a dívida continuará sendo paga", afirmou o secretário.

Concessões: alteração na lei será necessária tanto para licitação quanto para prorrogação, diz MME (CanalEnergia) 05/10/09

Márcio Zimmermann afirma que nos dois casos será necessário mexer na lei Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Regulação e Política

Uma alteração na lei será necessária tanto se o governo decidir por prorrogar as concessões quanto por licitar, segundo informações do secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. "Nos dois casos vamos ter que mexer na lei, alterando alguns artigos que constam nas leis que tratam desse assunto", afirmou o secretário durante o 10º Encontro Internacional de Energia, que acontece em São Paulo, e é realizado pela Fiesp e Ciesp.

No entanto, segundo ele, não há pressa para resolver o impasse das concessões. "O prazo não é problema. Estamos há seis anos de 2015, que é quando vencem as primeiras concessões", afirmou Zimmermann. Para ele o mais importante é que o governo já decidiu que em qualquer um dos casos - licitação ou prorrogação - o mais importante é a modicidade tarifária. "Qualquer que seja a decisão, os consumidores precisam ter algum benefício. Isso é o mais importante", acrescentou.

De acordo com ele, o que precisa ser aprovado com mais urgência é o relatório no qual se faz um levantamento das concessões que irão vencer tanto no segmento de geração, quanto no de distribuição e transmissão. Além disso, o relatório traz os prós e contras das duas alternativas. "Esse relatório está pronto e deverá ser entregue ao CNPE na reunião do final do ano", comentou. Ele disse ainda que o governo não possui uma opinião fechada sobre qual seria a melhor alternativa. "Precisamos ouvir o presidente, o ministro de Minas e Energia, para então decidir se o governo prefere licitar ou prorrogar as concessões", disse.

Eletrobrás poderá ter participação de 50% em usina na Nicarágua (CanalEnergia) 05/10/09

Operação depende de realização de auditoria pela estatal e aceitação pela empresa nicaraguense Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O conselho de administração da Eletrobrás aprovou, em reunião, na última sexta-feira, 2 de outubro, participação da empresa na Centrales Hidroeléctricas de Centroamérica SA (CHC), com o objetivo de elaborar e desenvolver os estudos de viabilidade e projeto básico da hidrelétrica Tumarín, na Nicarágua.

A empresa poderá ter participação de 50% no capital da CHC. A operação está condicionada à realização de auditoria pela Eletrobrás quanto ao valor dos direitos e obrigações a serem utilizados pela Construtora Queiroz Galvão para a integralização de ações e à aceitação, pela construtora e a CHC, do resultado da auditoria.

Segundo o comunicado da Eletrobrás, a diferença a ser aportada para integralização das ações pela Queiroz Galvão deverá ser realizado em dinheiro.

Coelce PNA registra queda de 1,63% (CanalEnergia) 05/10/09

Light ON registra alta de 3,15%. IEE alcança os 22.631 pontos com alta de 0,67%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Coelce PNA opera em queda de 1,63% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 5 de outubro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Energias do Brasil ON (-0,90%) e a Eletrobrás PNB (-0,60%). A Light ON opera em alta de 3,15%, acompanhada pela Equatorial ON (2,55%) e Cesp PNB que registrou 2,20%. A Terna Part UNT opera em estabilidade. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 22.631 pontos, com alta de 0,67% assim como o Ibovespa, que chegou aos 61.689 pontos e registrou alta de 0,85%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,58%
AES Tietê PN: 0,14%
Celesc PNB: 0,11%
Cemig PN: 0,56%
Cesp PNB: 2,20%
Coelce PNA: -1,63%
Copel PNB: 0,57%
CPFL Energia ON: 0,40%
Eletrobrás PNB: -0,60%
Energias do Brasil ON: -0,90%
Equatorial ON: 2,55%
Light ON: 3,15%
MPX Energia ON: 1,84%
Tractebel ON: 0,84%
Terna Part UNT: estável
Transmissão Paulista PN: -0,42%

Elétricas decidem pagar dividendos e juros sobre capital próprio neste mês (CanalEnergia) 05/10/09

VBC Energia distribuirá R\$ 139,100 milhões, enquanto Celpe pagará JCP referente a terceiro trimestre e Cteep aprova dividendos intermediários
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

Celpe (PE), Cteep e VBC Energia realizarão o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio a seus acionistas. O maior valor será pago pela VBC Energia, que distribuirá dividendos no valor de R\$ 139,100 milhões, equivalente a R\$ 36,73072759 por ação ordinária e R\$ 40,40380035 por ação preferencial, para os detentores de ações no último dia 30 de setembro. O pagamento dos dividendos será feito até o próximo dia 15 de outubro.

A Celpe distribuirá aos acionistas R\$ 20 milhões de juros sobre o capital próprio referentes ao terceiro trimestre deste ano. O valor corresponde a R\$ 0,267785538558245 por ação ordinária, R\$ 0,267785538558245 por ação preferencial classe A e R\$ 0,294564092414069 por ação preferencial classe B. O pagamento será feito de forma individualizada a cada acionista, a partir do próximo dia 16 de dezembro, sem atualização monetária, baseado na posição acionária de 30 de setembro. As ações estão sendo negociadas ex-juros desde o último dia 1º de outubro.

Em reunião realizada no último dia 30 de setembro, o conselho de administração da Cteep aprovou o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 103,444 milhões, correspondentes a R\$ 0,686625 por ação de ambas as espécies e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 62.055.436,65, equivalentes a R\$ 0,411900 por ação de ambas as espécies, com ex-direito 7 de outubro deste ano. O pagamento será efetuado no próximo dia 21 deste mês.

Eletrobrás investe menos de 40% do orçamento até agosto (CanalEnergia) 05/10/09

Grupo aplicou R\$ 2,773 bilhões no ano dos R\$ 7,243 bilhões previstos para o ano. Furnas e Eletrosul fazem os maiores investimentos entre as subsidiárias

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Eletrobrás investiu apenas 38,3% do orçamento de R\$ 7,243 bilhões previsto para 2009. No total, foram aplicados pelo grupo R\$ 2,773 bilhões de janeiro a agosto deste ano, segundo portaria do Ministério do Planejamento divulgada na semana passada. Furnas continua como a subsidiária que mais investe em volume absoluto. Foram R\$ 873,926 milhões nos primeiros oito meses do ano, o que representa 54,6% do total previsto de R\$ 1,6 bilhão.

Contudo, a Eletrosul foi a que mais avançou nos investimentos. A empresa aplicou 62,4% do orçamento de R\$ 526,320 milhões, chegando a R\$ 328,504 milhões até agosto. A Eletronorte aplicou R\$ 242,302 milhões no período, o que significa 40,4% dos R\$ 600 milhões previsto para este ano. A Chesf, que deve investir R\$ 1 bilhão deste ano, movimentou R\$ 381,284 milhões ou 38,1% do esperado.

Os investimentos da Eletronuclear chegaram a R\$ 308,749 milhões de janeiro a agosto, representando 27,6% dos R\$ 1,117 bilhão orçados. A CGTEE aplicou R\$ 283,065 milhões em oito meses, ou 47,7% dos R\$ 593,854 milhões do orçamento anual.

Distribuição - Na área de distribuição, a Eletroacre (AC) investiu R\$ 33,464 milhões, 25,4% do orçamento previsto de R\$ 131,931 milhões. A Ceal (AL) investiu 24,5% dos R\$ 55,671 milhões esperados, chegando a R\$ 227,156 milhões até agosto. Já a Cepisa (PI) aplicou 65,168 milhões, 19,2% do orçamento de R\$ 339,196 milhões.

A Ceron (RO) aplicou R\$ 31,524 milhões até agosto, 12,6% dos R\$ 249,847 milhões previstos. A Boa Vista Energia (RR) investiu R\$ 4,801 milhões ou 21,4% do orçamento de R\$ 22,431 milhões. A Amazonas Distribuidora de Energia (AM), por sua vez, investiu R\$ 132,239 milhões até agosto, chegando a 19,3% dos R\$ 683,816 milhões.

As estatais ligadas ao Ministério de Minas e Energia investiram um total de R\$ 40,851 bilhões, ou 55,7% dos R\$ 73,380 bilhões previstos para o ano. O Grupo Petrobras puxou os investimentos ao aplicar R\$ 38,077 bilhões, representando 57,6% do orçamento anual de R\$ 66,136 bilhões.

Carga do SIN tem crescimento de 1,1% em setembro, segundo NOS (CanalEnergia) 05/10/09

Indústria, temperaturas mais altas e Nordeste puxaram reação do desempenho da rede básica
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A carga do Sistema Interligado Nacional apresentou crescimento de 1,1%, para 53.324 MW médios, no mês de setembro, em relação ao mesmo período de 2008, segundo informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico divulgado nesta segunda-feira, 5 de outubro. Com relação a agosto deste ano, a carga cresceu 3,8% no mês passado. No acumulado de 12 meses, ainda há uma queda de 0,5% e em nove meses, de 1%.

De acordo com o ONS, a carga foi influenciada pela retomada da economia, com maior atividade da indústria; pelas temperaturas máximas acima das registrada em setembro do ano passado; e efeitos sazonais na região Nordeste. No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, a carga apresentou variação positiva de 1,3% em setembro, quando comparada com o mesmo mês anterior. Em relação a agosto, houve crescimento de 4,3% no mês.

Nos nove meses do ano, a variação do SE/CO ficou em -1,7%. Para o período de um ano, a variação é negativa em 1,3%. O subsistema foi influenciado pela retomada da atividade industrial e pelas temperaturas mais elevadas que as ocorridas no mesmo mês do ano anterior.

Já na região Sul, a carga registrou crescimento de 0,3% em setembro, comparando com o mesmo mês anterior. Com relação a agosto, a variação foi positiva em 1,1%. Nos últimos 12 meses, a variação é de 0,6%. No ano, o desempenho é estável. O ONS lembra que o desempenho de alguns setores industriais da região vem sendo impactado pela diminuição no ritmo de produção industrial provocado pela crise econômica internacional.

O Nordeste apresentou variação de 2,8% na carga de setembro, em relação a 2008. Quando comparado com agosto, o mês tem forte crescimento de 6,8%. De janeiro a setembro, a variação é positiva em 0,4% e em 12 meses, em 0,8%. A

carga foi influenciada pela retomada da produção industrial e o aumento do consumo residencial e comercial devido ao "desconforto térmico provocado pela redução da precipitação e da nebulosidade".

Na região Norte, a carga apresentou redução de 2,8% em setembro, na comparação com igual mês anterior. Com relação a agosto, a variação é positiva em 1,3%. No acumulado do ano, há recuo de 0,6% e em 12 meses, a variação é positiva em 0,6%. A demanda dos consumidores eletrointensivos da região continua baixa, já que são primordialmente voltados para o mercado externo. Outro dado é que no ano passado houve um consumo adicional emergencial de um desses consumidores.

Angra 3: Eletronuclear e prefeitura firmam acordo sobre compensações socioambientais (CanalEnergia) 05/10/09

Investimento para implantação de usina será de R\$ 317 milhões em projetos a serem executadas no município entre 2009 e 2014

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Eletronuclear e a prefeitura de Angra dos Reis (RJ) assinam nesta segunda-feira, 5 de outubro, o termo de compromisso das compensações socioambientais da usina nuclear de Angra 3. Em atendimentos às condicionantes estabelecidas pelo licenciamento ambiental, o investimento para implantação do empreendimento será de R\$ 317 milhões em atividades a serem executadas no município entre 2009 e 2014.

Deste valor, R\$ 150 milhões serão aplicados em projetos selecionados pelo executivo municipal, segundo a Eletronuclear. Já os R\$ 167 milhões restantes serão investidos em convênios com os governos estadual e federal e entidades não-governamentais. A cerimônia está prevista para às 15 horas no Salão Nobre do Paço Municipal e, de acordo com a companhia, contará com a presença do presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, e do prefeito de Angra dos Reis, Tuca Jordão.

Eletroacre e Ceron encerram segundo ciclo de revisão tarifária (CanalEnergia) 05/10/09

Audiências presenciais das companhias do Acre e de Rondônia serão realizadas nos próximos dias 7 e 8 deste mês, respectivamente

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Eletroacre (AC) e a Ceron (RO) encerram o segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras de energia com a finalização dos respectivos processos de reposicionamento de tarifas. Os processos das duas companhias serão concluídos após a aprovação dos índices de revisão, o que deverá ocorrer antes do dia 30 de novembro, data em que as novas tarifas passam a vigorar. O efeito médio preliminar para consumidores de baixa tensão da Eletroacre é de 4,87%. Já as classes de maior tensão ficaram com percentuais de: 6,27% (A3a) e 4,67% (A4). Já os consumidores da Ceron terão efeito médio preliminar de -6,63% para baixa tensão e de 1,97% para alta tensão.

A audiência presencial sobre a revisão da Eletroacre será realizada no próximo dia 7 de outubro no auditório do Sebrae, localizado no Centro de Rio Branco, capital do Acre. O prazo para colaborações por escrito dos consumidores aos processos da companhia é até o próximo dia 9 de outubro e os interessados em contribuir com a revisão tarifária da distribuidora do Acre deverão enviar e-mail para ap031_2009@aneel.gov.br.

Já a audiência da Ceron acontecerá no próximo dia 8 de outubro no auditório do Senac, situado em Olaria, em Porto Velho. As contribuições para a revisão da Ceron podem ser enviadas pelo e-mail ap030_2009@aneel.gov.br também até o próximo dia 8 deste mês. Além dos correios eletrônicos, as sugestões poderão ser encaminhadas pelo fax nº (61) 2192.8839 ou pelo correio para o endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Térreo, Protocolo Geral da Aneel, CEP 70.830-030, Brasília-DF.

Cteep recebe declaração de utilidade pública (CanalEnergia) 05/10/09

Companhia utilizará terras para construção e recapitação da linha de transmissão Araras - Porto Ferreira, em São Paulo

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica declarou de utilidade pública áreas de terras necessárias à implantação de empreendimentos de transmissão para a Cteep. A empresa aproveitará as terras para a construção e recapacitação da linha de transmissão Araras - Porto Ferreira, em São Paulo. A empresa utilizará uma faixa de 9,46 quilômetros, localizada nos municípios de Araras, Leme, Santa Cruz da Conceição, Pirassununga e Porto Ferreira. Já a Termoverde Salvador também foi autorizada a realizar a passagem da LT que conectará as subestações UTE Salvador e CIA III. As terras com 7,7 quilômetros estão localizadas nos municípios de Salvador e Simões Filho, na Bahia.

SINDICAL

De 5 a 9 de outubro, em Berlim (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Leonardo Severo

João Felício participa do debate sobre "Crise financeira e distribuição" e dos 60 anos da DGB

Felício representa a CUT. Entre os dias 5 e 9 de outubro, o secretário de Relações Internacionais da CUT, João Antonio Felício estará cumprindo agenda em Berlim, participando das comemorações dos 60 anos da central sindical alemã DGB.

Na oportunidade, João Felício debaterá sobre a "Crise financeira e distribuição" com lideranças sindicais de todo o mundo e o presidente da Alemanha, Horst Köhler.

O dirigente cutista também participa de Reunião do Birô Executivo da Confederação Sindical Internacional (CSI) e da reunião do Conselho Geral da CSI, onde se avaliará a reunião do G20, atualizará o debate sobre as tentativas do capital de jogar a conta da crise sobre as costas dos trabalhadores e organizará o calendário futuro da entidade. Entre outros temas, a entidade discute a formação de uma rede internacional de Direitos Humanos e prepara a intervenção para no debate sobre mudanças climáticas e aquecimento global que ocorrerá na Conferência de Copenhague, na Dinamarca, em dezembro deste ano.

Na oportunidade, a CUT assinará convênio de cooperação internacional com as Comisiones Obreras (CCOO) e a Unión General de los Trabajadores de España (UGT) para desenvolvimentos de políticas de promoção de direitos aos trabalhadores brasileiros que vivem na Espanha, com reciprocidade aos espanhóis que vivem no Brasil. Sobre este tema ainda está prevista uma reunião com as centrais sindicais da França (CFDT, CGT, FO) com a finalidade de realizar acordos para adotar a mesma parceria no tema de trabalhadores brasileiros que moram na França.

Ainda durante esta agenda, João Felício debaterá com a KCTU (Coreia do Sul) e a COSATU (África do Sul) sobre a organização do próximo congresso da SIGTUR (Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights - Iniciativa dos Países do Sul Frente à Globalização e aos Direitos Sindicais) que acontecerá no Brasil, o fortalecimento das parcerias para o Fórum Social Mundial e o balanço dos efeitos da crise do capitalismo nos países do Sul e as respostas dadas pelo movimento sindical.

Na avaliação de Felício, há uma grande expectativa com a manifestação do Brasil, que vem ampliando enormemente seu peso na esfera internacional, particularmente no último período, pela forma como tem enfrentado a crise a partir do fortalecimento das políticas públicas e do fortalecimento do papel do Estado Nacional. Neste ponto, ressaltou, "vamos defender o papel do mercado interno, citando como exemplo a adoção de políticas de valorização do salário mínimo e o investimento em obras públicas de infra-estrutura, que no nosso entender têm significado fundamental para o enfrentamento ao impacto da crise internacional sobre a economia".

"Existem ainda casos onde a primeira ação dos governos diante da crise é promover cortes orçamentários em políticas públicas de proteção de direitos sociais e em áreas como obras públicas e de infra-estrutura. Estas medidas só ampliam os efeitos negativos da crise para os trabalhadores", condenou.

O secretário de Relações Internacionais da CUT destacou ainda a relevância da manutenção de subsídios a setores específicos para a ativação da economia, mas também sublinha a importância do movimento sindical exigir que estes investimentos públicos tenham contrapartidas sociais na geração e manutenção de empregos e salários.

Para o representante cutista, não há sinais de arrefecimento da crise internacional, e sobram riscos quando se tenta antecipar artificialmente o seu final diante de um cenário onde organismos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevêem aumento no desemprego na ordem de 50 milhões no mundo, beirando o índice de 10% em 2009. "Os sindicatos devem intervir nos processos nacionais, regionais e globais exigindo espaços de intervenção nas políticas, garantia de representação e levar em frente o pacto global pelo emprego da OIT", acrescentou.

De acordo com João Felício, tanto o FMI como o Banco Mundial devem democratizar seus espaços de direção e ampliar a participação dos países em desenvolvimento. Mas não basta só oxigenar os órgãos de decisão, "é preciso que estas duas instituições abandonem de uma vez por todas a cartilha neoliberal das condicionantes para empréstimos, tentando impor aos países a camisa-de-força do ajuste fiscal. Afinal, foi precisamente este receituário de Estado mínimo, de redução de gasto público, desregulamentação e privatização que vitaminou a crise, os especuladores e sua lógica de financeirização, totalmente excludente".

Neste momento em que o G20 amplia o G8 e se constitui como espaço importante de debate da crise global, esclareceu Felício, "precisa ser fortalecido, mas não deve substituir ou falar em nome do multilateralismo e suas organizações, como a ONU, a OMC e a OIT". Para o cutista, "um mote a ser seguido é o do reequilíbrio das relações multilaterais, onde devemos tratar como meta prioritária o emprego e a manutenção e ampliação de direitos trabalhistas e de proteção social".

União e fortalecimento (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Contraf-CUT

Fenaban desrespeita bancários e não faz proposta. Resposta é ampliar a greve

Depois de dois dias de negociações com o Comando Nacional dos Bancários, realizadas em São Paulo nesta quinta (1º) e sexta-feira (2), os bancos mais uma vez frustraram as expectativas dos trabalhadores e não apresentaram proposta. Eles insistem em reduzir a PLR, não querem conceder aumento real e se recusam a dar garantias de emprego, e se negam a valorizar os pisos salariais e a melhorar as condições de saúde, segurança e trabalho. Em razão da intransigência dos banqueiros, o Comando Nacional orienta os sindicatos a fortalecerem ainda mais o movimento a partir de segunda-feira, 5, 12º dia de greve.

"Reiteramos aos bancos que a categoria bancária não aceitará a redução da PLR, como as empresas estão propondo, e insistimos na reivindicação de três salários mais R\$ 3.850. Também não aceitaremos nenhuma proposta que não contemple aumento real de salário, valorização dos pisos salariais, proteção aos postos de trabalho e mais contratações, além da implementação de políticas que melhorem as condições de trabalho, de saúde e de segurança e apontem para o fim do assédio moral", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

"Os bancos estão abusando e desrespeitando os bancários e a sociedade e mais uma vez mostram sua ganância e sua falta de responsabilidade social. Apesar de não terem sido afetados pela crise, apesar de continuarem apresentando a maior lucratividade de toda a economia brasileira, os banqueiros negam as reivindicações justas de seus trabalhadores, que já demonstraram sua indignação com a postura intransigente das empresas. À categoria não resta outra alternativa a não ser continuar e ampliar a greve em todo o país", acrescenta Carlos Cordeiro.

A comissão de negociação da Fenaban informou que os presidentes dos bancos vão se reunir, provavelmente na segunda-feira, para avaliar a possibilidade de formular uma nova proposta. Após a reunião, haverá contato com o Comando Nacional para marcar uma nova rodada de negociação.

Os bancários vão continuar a greve por:

- Reajuste de 10% do salário. Os bancos ofereceram 4,5%, apenas a reposição da inflação dos últimos doze meses, enquanto outras categorias de trabalhadores de setores econômicos menos lucrativos estão conquistando aumento real de salário.

- PLR maior. Os bancos querem reduzir PLR para aumentar lucros. Os bancários querem uma PLR simplificada, equivalente a três salários mais R\$ 3.850 fixos. Os banqueiros propuseram 1,5 salário limitado a 4% do lucro líquido mais 1,5% do lucro líquido distribuído linearmente, com limite de R\$ 1.500. Essa fórmula reduz o valor da PLR paga no ano passado. Em 2008, os bancos distribuíram de PLR até 15% do lucro líquido mais parcela adicional relativa ao aumento da lucratividade que chegou a R\$ 1.980. Neste ano querem limitar o total da PLR distribuída aos bancários a 5,5% do lucro líquido e a R\$ 11.500.
- Valorização dos pisos salariais. A categoria reivindica pisos de R\$ 1.432 para portaria, R\$ 2.047 (salário mínimo do Dieese) para escriturário, R\$ 2.763,45 para caixa, R\$ 3.477,00 para primeiro comissionado e R\$ 4.605,73 para primeiro gerente. Os bancos rejeitam a valorização dos pisos e propõem 4,5% de reajuste para todas as faixas salariais.
- Preservação dos empregos e mais contratações. Seis dos maiores bancos do país estão passando por processos de fusão. Os bancários querem garantias de que não perderão postos de trabalho e exigem mais contratações para dar conta da crescente demanda. Os bancos se recusam a discutir o emprego e aplicar a Convenção 158 da OIT, que inibe demissões imotivadas.
- Mais saúde e melhores condições de trabalho. A enorme pressão por metas e o assédio moral são os piores problemas que a categoria enfrenta hoje, provocando sérios impactos na saúde física e psíquica. A Fenaban não fez proposta para combater essa situação e melhorar as condições de saúde e trabalho.
- Auxílio-creche/babá. A categoria quer R\$ 465 (um salário mínimo) para filhos até 83 meses (idade prevista no acordo em vigor). Os bancos oferecem R\$ 205 e querem reduzir a idade para 71 meses.
- Auxílio-refeição. Os bancários reivindicam R\$ 19,25 ao dia e as empresas propõem R\$ 16,63.
- Cesta-alimentação. Os trabalhadores querem R\$ 465, inclusive para a 13ª cesta-alimentação. Os bancos oferecem R\$ 285,21 tanto para a cesta mensal quanto para a 13ª.
- Segurança. Os bancários querem instalações seguras e medidas como a proibição ao transporte de numerário, malotes e guarda das chaves. Também reivindicam adicional de risco de vida de 40% do salário para quem trabalha em agências e postos. A categoria defende proteção da vida dos trabalhadores e clientes.
- Previdência complementar para todos. Os bancários reivindicam planos de previdência complementar para todos os trabalhadores, com patrocínio dos bancos e participação na gestão dos fundos de pensão.

Somos tão jovens! (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Patrick Leandro Baptista, secretário da Juventude da CUT Paraná

A juventude enfrenta sérios problemas hoje, como a dificuldade de arrumar um emprego com carteira assinada, acesso à terra, permanência na escola, acesso à saúde, lazer, esportes, etc. E ainda somos as principais vítimas da violência urbana. Basta ler os jornais do início da semana que registram mais de uma dezena de mortes violentas em sua maioria envolvendo jovens até 29 anos de idade.

Os governos têm dado a sua resposta a esse problema: várias prefeituras indicam toque de recolher o que aumenta o preconceito contra o jovem e não resolve o problema. O Projovem, programa do Governo Federal, é uma iniciativa que aponta um outro caminho. No entanto, é pouco.

Nós, jovens trabalhadores e trabalhadoras organizados em sindicatos CUTistas, queremos outras respostas por parte dos governos. Sabemos que para poder pressionar o patrão para aumentar o salário e ter melhores condições de trabalho, temos que nos organizar. Da mesma forma, só poderemos mudar a realidade da juventude se tivermos o mínimo de organização, para ganharmos forças e pressionar os governos por melhores políticas para a juventude.

Reforçamos que a organização é fundamental para nossa estratégia. A juventude da CUT-PR esteve reunida no Sindicato da Construção Civil nos dias 19 e 20 de setembro, para planejar suas atividades para o próximo período.

Estiveram presentes na construção desse planejamento 13 sindicatos (SINTRACON, SISMUC, FETRAF-SUL, SINDSERV-Ibiporã, SISMAC, SINDSAÚDE-PR, APP-Guarapuava, APP-Irati, APP- Fco Beltrão, APP- Ctba Norte, APP-Sindicato, SEEB-Curitiba) e 15 jovens além da participação de Gustavo Red Erwin (CMS) e Anderson Campos (assessoria da CUT Nacional) que auxiliaram na facilitação e sistematização dos trabalhos. Cabe ainda salientar a justificativa de algumas ausências como a dos Correios (SINTICOM) que estão na ação direta - greve - por melhorias para a categoria e de representantes da FETRAF, pois a data coincidiu com seu curso de Agroecologia.

Dentre as prioridades levantadas, destacamos que faremos um debate permanente sobre políticas públicas para a juventude. Também apontamos a necessidade de enraizamento da organização juvenil nos sindicatos. Precisamos, ainda, construir uma plataforma unitária com outros movimentos sociais que discutem a situação do jovem hoje.

Somos tão jovens, mas sabemos bem o que queremos, queremos transformar esse país desigual, que nos discrimina e criminaliza. Queremos sim, pintar esse país de negro, de amarelo e porque não de vermelho? Ou ainda transformar esse grande Brasil em um grande arco-íris em que seja permitido e garantido a todos e todas as mesmas possibilidades!

Somos tão jovens e convidamos a todos os jovens e as jovens para se sindicalizar e se juntar a nós. Pois ninguém conquista nada sozinho! Convidamos a juventude a construir um país de possibilidades!

Bancários voltam a fechar Bradesco e greve continua forte na Paraíba (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Otávio Ivson - Seeb PB

Nesta segunda-feira, 5 de outubro, o comando de greve dos bancários na Paraíba concentrou o piquete na porta da Agência Centro do Bradesco, em João Pessoa, para fortalecer o movimento nacional e forçar uma negociação com os banqueiros. Utilizando carro de som, faixas, cartazes com e uma orquestra de frevos, os bancários se concentraram na porta da agência.

Tudo de acordo com as orientações do Comando Nacional dos Bancários, que espera ter ainda mais força para arrancar uma negociação favorável com a representação dos bancos, foram fechadas as três unidades do Bradesco (Ag. Centro, Prime e Empresa) que funcionam na Av. Duque de Caxias, no centro, onde trabalham cerca de 60 funcionários.

Para o presidente do sindicato Marcos Henriques, o momento é estratégico para se forçar uma negociação com os banqueiros. "E, como o Bradesco é o principal banco privado que vem emperrando as negociações com o Comando Nacional, está mais do que na hora de radicalizarmos e superarmos todas as dificuldades, inclusive os interditos e a tropa de choque, para arrancar as nossas conquistas na luta", disse.

Sobre o fato de Bradesco e Itaú Unibanco se utilizarem dos interditos proibitórios e da pressão da Tropa de Choque da Polícia Militar da Paraíba para reprimir a greve dos bancários, Marcos Henriques enfatizou: "os bancos têm os seus instrumentos de pressão e nós temos que utilizar outras estratégias para conseguir nossas reivindicações; uma delas é cruzar os braços, mobilizar os bancários através do convencimento e fazer atos públicos que expliquem à sociedade o que está acontecendo, ou seja, que a greve dos bancários acaba quando os bancos apresentarem uma proposta que atenda às expectativas da categoria", concluiu.

Constituição Federal completa 21 anos nesta segunda (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por www.ptnacamara.org.br

Símbolo da democracia e da busca pelo fim das desigualdades sociais, a Constituição brasileira completa nesta segunda-feira (5) 21 anos.

Desde sua criação, em 1988, a Carta já foi alterada 58 vezes. A última ocorreu em 23 de setembro deste ano, quando foi promulgada a emenda que aumentou o número de vereadores nas Câmaras Municipais. Outras 934 propostas de emendas à Constituição tramitam na Câmara e aguardam votação.

O líder do PT na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (SP), avalia que a Assembleia Constituinte e a Constituição que dela resultou foram passos fundamentais para a estabilização da democracia no Brasil. "Tem pessoas que criticam um ponto ou outro, mas ela é um marco", disse.

Para o líder, o excesso de emendas constitucionais à Carta é prova de que a democracia no país está sendo aprimorada. "O maior período de democracia que estamos vivendo é esse. Estamos construindo essa democracia, mas ainda temos de avançar", comentou.

Portuários do ES paralisam atividades pelo cumprimento do Acordo Coletivo (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Gazeta Online

Os cerca de 300 portuários que atuam no Terminal Especializado de Barra do Riacho (Portocel), em Aracruz, Norte do Espírito Santo, entraram em greve, por tempo indeterminado, na manhã desta segunda-feira (5). Os portuários, representados pelo Sindicato Unificado da Orla Portuária (Suport-ES), tomaram a decisão em assembleia realizada na última quinta-feira (1º), em protesto ao não fechamento do Acordo Coletivo dos trabalhadores.

O sindicato e a empresa não chegaram a um entendimento sobre a cláusula do acordo que prevê a nova metodologia de produção dos trabalhadores.

"Estávamos evoluindo nas discussões, mas a empresa não quis ceder em relação à nova metodologia de produção. Essa pauta já é antiga, mas agora só vamos voltar as atividades depois que a cláusula for negociada", disse o presidente do Suport, Roberto Hernandez. Os portuários estão em estado de greve desde julho.

A Fibria, empresa que surgiu da fusão da Aracruz Celulose com a Votorantim, informou, por meio da assessoria de imprensa, que ainda faz o levantamento do impacto da paralisação na movimentação do porto.

O outro lado

Em nota, a empresa informou que as atividades na Portocel foram paralisadas desde às 7 horas desta segunda-feira, devido à greve da categoria. O porto está com três navios atracados e outro aguarda na Barra do Riacho para atracar. No entanto, o recebimento de produtos através de barcaça e da ferrovia funcionou normalmente.

Segundo a empresa, a proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho prevê reposição integral da inflação do período e abono salarial de 50%, indistintamente, para todos os empregados. Além disso, os Operadores de Equipamentos Portuários e Controladores de Carga estão sendo contemplados com nova metodologia salarial que compreende incremento no salário nominal bastante significativo, que trará vantagens sobre todos os direitos que incidem sobre o salário, além da participação nos lucros e resultados.

A empresa afirmou que a última rodada de negociação entre Portocel e Sindicato dos Trabalhadores Portuários (Suport) para o Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010 foi realizada no dia 29/9. Na última sexta-feira (2), a Portocel propôs uma nova reunião, marcada para esta segunda-feira, para dar continuidade à negociação em ambiente de completa normalidade operacional. A empresa acredita que o bom senso, equilíbrio e ponderação prevalecerão e aguarda desfecho positivo da negociação, para a qual continua aberta.

Portocel

O Terminal Especializado de Barra do Riacho - Portocel - é o único porto do Brasil especializado no embarque de celulose. Está preparado para receber navios continuamente, com capacidade de embarque anual de 7,5 milhões de toneladas de celulose e responde por 70% das exportações de celulose do Brasil. O porto é de propriedade conjunta da Aracruz Celulose (51%) e da Cenibra (49%), duas das maiores empresas produtoras de celulose do Brasil.

Trabalhadores protestam contra demissões na Sotep (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Imprensa da FUP

Pode ultrapassar 200 o número de trabalhadores demitidos pela San Antônio Internacional, empresa que controla a Sotep, principal prestadora de serviços da Petrobrás na área de operações de sondas terrestres. Na Bahia, a maior base

da empresa, foram demitidos mais de 110 trabalhadores. No Espírito Santo, até o momento são 16 demissões. No Rio Grande do Norte, a Sotep demitiu 20 petroleiros e ameaça efetuar mais de 90 cortes na região. A empresa também atua em Sergipe e no Rio de Janeiro, contando com cerca de três mil trabalhadores em todo o país. A FUP reúne-se no próximo dia 08 com a Sotep para exigir o cancelamento das demissões e indicou greve nacional, a partir do dia 9, se não houver reversão no quadro.

A Federação quer também a intervenção da Petrobrás para garantir os postos de trabalho e a segurança das sondas, que estão sendo operadas com efetivos reduzidos em função das demissões de trabalhadores experientes, alguns deles com 15 anos de atividade como torristas, plataformistas, sondadores e mecânicos. Não há qualquer motivo econômico que justifique tamanha redução de postos de trabalho. A Sotep continua sendo a principal operadora de sondas para a Petrobrás e não sofreu qualquer tipo de redução em suas atividades. Recentemente, a empresa foi comprada pela San Antônio, uma multinacional com sede em Houston, que adquiriu também o controle da Prest, HK e Unap, todas elas prestadoras de serviço para a Petrobrás. A multinacional tem forte atuação na Argentina, onde seu principal cliente é também a estatal brasileira, e desenvolve atividades ainda em outros países da América do Sul.

Intimidação e retaliação

Os trabalhadores da Sotep na Bahia reagiram com mobilização às mais de 110 demissões no estado, que é a maior base da empresa no país. Os petroleiros pararam as atividades por quatro horas no último dia 30, quando foram surpreendidos com o anúncio das demissões iniciadas no dia anterior. As mobilizações prosseguem e os trabalhadores estão aprovando nas assembléias o indicativo da FUP de greve nacional a partir do dia 09 e suspensão da negociação do acordo coletivo. Eles estão convictos de que as demissões foram retaliação da Sotep à greve realizada no final do ano passado. "Esse tipo de atitude logo no início da campanha salarial é intimidadora. A Sotep quer deixar os trabalhadores recuados para evitar novas greves. Só que o tiro saiu pela culatra. A categoria está organizada e não permitirá essa arbitrariedade", revela um petroleiro da empresa.

Excelente livro "A Batalha da Mídia", de Dênis Moraes, em promoção (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por CUT

O excelente livro "A Batalha da Mídia - Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios", de Dênis Moraes (Editora Pão e Rosas), está em promoção pela internet, com o preço reduzido de R\$ 42,00 para R\$ 29,00.

Na avaliação da secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, "a obra dialoga de forma bastante objetiva com o promissor tempo de mudanças que se abre no Continente, resgatando pensadores e experiências que começam a sair do papel para colocar em xeque a ditadura midiática".

Acesse a promoção pelo site www.paoerosas.com.br/promocao.html

Preço único com frete incluso para todo país.

Prazo de entrega: de 4 a 8 dias.

Promoção válida entre os dias 04 e 20 de outubro de 2009.

Pagamento por débito em conta ou boleto bancário*

Se preferir receber um boleto bancário por e-mail envie seus dados (nome, endereço e telefone) para editorial@paoerosas.com.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

* Débito em conta disponível para correntistas do Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco e Real.

Para boleto bancário será acrescida a taxa de 1 real cobrada pelo PagSeguro direto ao comprador.

Para conhecer melhor o livro e acompanhar sua repercussão na mídia, visite o Blog:

<http://abatalhadamidia.wordpress.com/>

RS: Pesquisa divulga realidade da saúde dos trabalhadores nas escolas privadas (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por SAAE/CS

O Sindicato dos Auxiliares de Administração de Caxias do Sul e Região (SAAE/Caxias) apresentou na manhã de quinta-feira, 1º, para a categoria e a imprensa, uma pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), por encomenda da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino Privado do RS (Feteesul), em conjunto com os sindicatos que a integram, entre eles, o SAAE/Caxias. O objetivo da sondagem foi de identificar a qualidade do ambiente de trabalho e mapear as doenças ocupacionais específicas dos trabalhadores em educação. A pesquisa foi apresentada por Wilson Campos, psicólogo especialista em saúde coletiva e integrante do Conselho Científico do Diesat.

A categoria é composta por todos os trabalhadores em escolas privadas que não exercem docência, entre eles os bibliotecários, pedagogos, orientadores escolares, pedagogos, secretárias, assistentes sociais, profissionais de limpeza e manutenção, eletrecistas, etc.

Dois etapas distintas compuseram a pesquisa: entrevistas presenciais e questionamento, através de formulário preestabelecido. Na primeira etapa, participaram instituições de ensino privado, distribuídas em nove regiões do estado. Na segunda etapa, foram enviados questionários por meio eletrônico aos funcionários do ensino privado, em todo o estado. Foram respondidos 2.800 questionários, representando 14,57% da categoria. Na base do SAAE/Caxias, 492 pessoas responderam o questionário.

Os resultados da pesquisa foram avaliados como preocupantes por parte do Diesat, pois fogem aos números considerados aceitáveis nas pesquisas de saúde nacionais e internacionais. Por exemplo, 84,79% dos trabalhadores afirma que vem sentindo dores freqüentes, 55% dizem que sentiram dor após um dia de trabalho nas últimas duas semanas, 62,71% afirmam que apresentam algum problema relacionado a questões emocionais ou mentais e 30% fazem uso de medicamento. O assédio moral aparece como um problema significativo, sendo que acontece por parte das chefias, na maioria dos casos.

O presidente do SAAE/Caxias, Ademar Sgarbossa, disse que o sindicato já identificava e convivia com esta realidade, porém agora os dados foram confirmados com um diagnóstico científico. Segundo Ademar, a pesquisa desmistifica o clima "familiar" que as instituições de ensino procuram divulgar: "Na verdade o trabalhador desta categoria sofre o mesmo problema que outros trabalhadores, enfrenta os problemas de saúde muitas vezes sem buscar atendimento médico e sem pedir afastamento por medo da demissão e da perseguição no local de trabalho."

O coordenador-geral da Feteesul, Cássio Bessa, informa que "a sondagem vai subsidiar os sindicatos na implementação de políticas de prevenção junto às escolas e, inclusive, negociar cláusulas nas convenções coletivas de trabalho que protejam mais e garantam melhores condições de trabalho para os e funcionários".

Rapidez para faturar com as Olimpíadas, lentidão e desrespeito com os bancários (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Contraf-CUT

Os bancos brasileiros foram outra vez rápidos no seu marketing, que é o que eles melhor sabem fazer. No fim de semana, as TVs e os jornais estavam repletos de publicidade dos bancos saudando a vitória do Rio de Janeiro, e do Brasil, para sediar as Olimpíadas de 2016. Gastaram milhões e milhões de reais para surfar na onda do sucesso alheio.

Já com os bancários, eles agem com uma lentidão irresponsável. A categoria está em greve há 12 dias em todo o país, mas os bancos enrolam e não apresentam uma proposta condizente com as reivindicações dos trabalhadores.

Eles estão batendo novo recorde de lucratividade, mas se recusam a conceder aumento real de salário e a valorizar os pisos salariais. Ganham com as fusões e incorporações, mas não querem dar garantias de proteção ao emprego e fazer mais contratações. E se negam a assumir compromissos de melhorar as condições de trabalho, de saúde e de segurança e coibir o assédio moral e as metas abusivas, responsáveis pelo adoecimento crescente de trabalhadores.

Os bancos são o setor da economia brasileira que mais lucrou este ano, mas querem reduzir a PLR de quem com seu trabalho e esforço ajudou a produzir esses resultados. Antes de a campanha salarial começar, o Comando Nacional dos

Bancários fez inúmeras rodadas de negociação com a Fenaban e propôs várias alternativas para simplificar e melhorar a distribuição da PLR. Mas os bancos apresentaram uma proposta que rebaixa os valores pagos no ano passado - recusada pela categoria. Enquanto isso, os banqueiros pagam bônus milionários para seus diretores e altos executivos.

Na retomada das negociações depois da deflagração da greve nacional, na quinta e sexta-feira da semana passada, o Comando Nacional passou mais dois dias discutindo a PLR com os negociadores dos bancos, mas eles não apresentaram nova proposta. Disseram que precisavam consultar os presidentes dos bancos, adiando mais uma vez uma decisão.

"Essa lentidão e essa enrolação dos bancos desrespeitam os bancários, que são chamados de colaboradores, mas são tratados com descaso. Cadê a responsabilidade social que aparece nas propagandas milionárias dos bancos? Mas se os banqueiros pensam que, com essa protelação vão nos vencer pelo cansaço, estão muito enganados", adverte Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

"Os bancários já deram muitas demonstrações na história da sua capacidade de luta e da sua força. Foi assim, com mobilizações e greves, que a categoria obteve todas as suas conquistas - conquistas que os bancos apresentam em sua propaganda mentirosa como benefícios concedidos. Os bancários, tanto de bancos públicos como privados, estão fazendo este ano a maior greve dos últimos anos. Estão mostrando aos banqueiros que não adianta enrolação e, por isso, não aceitarão proposta que não contemple aumento real, PLR maior, garantias de proteção ao emprego e mais contratações, valorização dos pisos salariais e melhorias das condições de saúde, de segurança e de trabalho", conclui o dirigente sindical.

CPFL Energia é punida por precarizar condições e ambiente de trabalho (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Sinergia CUT

Por duas vezes no mês de setembro a CPFL Energia foi autuada pela Gerência Regional do Trabalho (GRT) de Bauru por implementar medidas que precarizam as condições e o ambiente de trabalho dos trabalhadores daquela região.

As autuações foram resultados de denúncias encaminhadas pelo Sinergia CUT à GRT referentes ao excesso de jornada, intrajornada, entre outras irregularidades e que estariam acontecendo com frequência na empresa.

Entre os fatos relatados pelo Sindicato, estava a ocasião em que eletricitistas foram submetidos a 20 horas de trabalho sem o descanso e também o conseqüente acidente sofrido por uma dupla de trabalhadores.

No dia 11 de setembro, a GRT fiscalizou os locais de trabalho da CPFL na região de Bauru e autuou a empresa por excesso de jornada, irregularidade na marcação de ponto e falta de cumprimento de descanso da intrajornada.

Cinco dias depois, a CPFL foi convocada pela GRT para apresentar documentos relacionados ao PCS, função dos trabalhadores, carga horária e a programação dos serviços. Por deixar de levar parte dos documentos solicitados, a empresa foi novamente autuada pelo preenchimento incorreto de cartão de ponto, DSR e jornada.

Denúncias já estão com o MPT e MPE

Com o objetivo de entrar com ação civil pública contra a holding por colocar a vida dos trabalhadores e da população em risco, o Sinergia CUT protocolou as denúncias de precarização também no Ministério Público do Trabalho (MPT) e no Ministério Público Estadual (MPE).

Sindicato busca diálogo para solucionar problemas

O Sinergia CUT elaborou pauta com diversos itens para esclarecimento e negociação em reuniões realizadas no início de setembro com a gerência de Call Center e Diretoria de Distribuição da CPFL. Entre os assuntos discutidos, estavam questões referentes ao Call Center, escala da linha viva, intervalo para repouso e alimentação e jornada de trabalho no CO.

A empresa se comprometeu em resolver grande parte dos problemas apresentados. É o que esperam todos os trabalhadores da CPFL. E para breve.

Intransigência e retaliação

Para a reunião com a direção de RH, o Sindicato também havia preparado uma extensa pauta, mas o encontro não aconteceu. Tudo em represália a um Boletim de Ocorrência registrado por dirigentes sindicais impedidos de fazer assembleia em Ibitinga. Mais que uma retaliação, um desrespeito ao ACT e às Convenções da OIT que garantem liberdade de organização sindical.

Sintepe apoia convocação de aprovados em concursos da educação (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por Sintepe

A plenária realizada na última quarta-feira (30) consolidou o apoio do Sintepe na luta pela convocação dos aprovados nos dois últimos concursos públicos de educação, realizados no primeiro e segundo semestre do ano passado. "Eu passei no concurso e exijo ser contratado", gritou uma das presentes, que preferiu não se identificar temendo retaliações do governo.

Os 126 concursados que compareceram ao auditório da entidade puderam tomar conhecimento das orientações jurídicas que estão sendo articuladas pelo sindicato. Os representantes do sindicato expuseram os resultados das negociações com o governo, já que a convocação dos aprovados, tanto para vaga de professor, como administrativo, está na pauta de reivindicações da categoria. "O governo disse que as convocações serão feitas somente após a divulgação dos resultados financeiros do último quadrimestre", explicou Heleno Araújo, presidente do Sintepe.

Mas, a proposta do sindicato é justamente discutir e elaborar ações jurídicas em defesa dos concursados e ajudá-los com ações políticas, para cobrando a efetivação dos cargos. "Estamos conseguindo criar o movimento em defesa dos concursados, ao mesmo tempo em que capacitamos os futuros profissionais da educação", destaca o diretor de comunicação, Zélito Passavante.

Apesar de o governo ter firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) perante o Ministério Público estadual, onde se comprometia não utilizar os contratados temporariamente para ocupar vagas no ensino regular, denúncias revelaram uma situação adversa. Na plenária, alguns concursados confirmaram que a Secretaria de Educação está chamando os substitutos para assumir vagas em projetos especiais, como o Se Liga! e Acelera, mas na prática está recolocando-os para trabalhar nas escolas. "Isso é um absurdo", reclama Zélito Passavante. "Eles estão descumprindo um acordo ao fazer essas transferências internamente", afirma.

Aprovada em dos dois concursos, a pedagoga Vera Espar, avaliou como positivo o debate. "O apoio do Sintepe é muito forte para pressionar o governo e nomear quem passo", diz Vera. "Tenho grande esperança que com essa ajuda da entidade seremos finalmente chamados", espera.

ATIVIDADES - Uma nova plenária sobre a nomeação dos aprovados será realizada no próximo dia 27 de outubro, às 9h, no auditório do sindicato. Os concursados também se comprometeram em participar da Marcha da Educação, que será realizada no dia 20 deste mês.

Mobilização do SINTE/SC abre possibilidades negociação com o governo do Estado (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por SINTE/CUT

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE) de Santa Catarina realizou vários eventos durante a semana, dos quais a Coordenação Regional do SINTE de Chapecó participou com representantes. Na quarta-feira, dia 30/09, todos os coordenadores regionais do SINTE reuniram-se em Florianópolis, para garantir audiência com o secretário da Educação, Paulo Bauer. Na quinta-feira (1º/10) pela manhã, aconteceu reunião do Conselho Deliberativo do SINTE Estadual, com a participação de todos os Coordenadores Regionais, Municipais e Conselheiros. Ainda na quinta-feira, à tarde, foi realizada Assembleia Estadual do SINTE, com ato público, às 14 horas, no Clube 12 de Agosto, na Capital do Estado.

"Com a nossa mobilização", informa a coordenadora regional do SINTE de Chapecó, professora Alveté Pasin Bedin, "conseguimos com que a Casa Civil do governo do Estado, através da assessoria especial, sinalizasse a possibilidade de reabertura de negociações com o secretário de Estado da Educação". Não foi anunciada a data à audiência do governo do Estado com a Executiva Estadual do SINTE, o que deve ser marcado, nos próximos dias.

Enquanto isso, todas as lideranças do Sindicato e os profissionais da educação pública de Santa Catarina continuam mobilizados e vigilantes. O objetivo é garantir os principais pontos da pauta de reivindicações da categoria: abono das faltas e penalidades dos últimos três anos, incorporação imediata do abono de R\$ 100,00 ao vencimento inicial, implementação do Piso Salarial Profissional Nacional e retirada do projeto de municipalização do ensino, que tramita na Assembleia Legislativa.

Confira abaixo o calendário das próximas atividades:

-Dia 9 a 11/10 - Participação na 7ª Conferência Nacional de Educação da CNTE com 7 delegados, sendo que, 4 são membros do CNE e um de cada chapa que compõem a direção estadual, com objetivo de consolidar a posição dos educadores sobre a construção do sistema Nacional Articulado de Ensino (SNE);

- Dia 11/11 - Encontro Estadual c/ representação das Serventes e Merendeiras, no período matutino em Fpolis/SC;

- Ato Unificado com os servidores estaduais e centrais sindicais na frente do Centro Administrativo do Governo (CAG), às 14h00min em Florianópolis;

-Dia 28/11 - Conselho Deliberativo Ordinário do SINTE/SC;

-Data a ser Definida - Encontro Estadual dos Assistentes de Educação e Técnicos Pedagógicos;

Trabalhadores da Quattor, em Camaçari (BA), lutam contra ameaça de demissões (CUT Nacional) 05/10/09

Escrito por CNQ/CUT

Os trabalhadores da Quattor, unidade de Camaçari (BA), estão mobilizados contra a ameaça de fechamento daquela unidade, caso a Braskem assuma definitivamente o controle da Quattor. A situação atual da empresa é de abandono, necessitando de investimentos urgentes.

"Há ainda um outro problema na Quattor de Camaçari- destaca Robson José de Santana, dirigente da CNQ, responsável pelo setorial químico - ela possui uma dívida com os funcionários que se arrasta desde o acordo coletivo de 1990, por conta da cláusula 4."

Na reunião do Grupo de Trabalho do Setor Petroquímico da CNQ, realizado no dia 30/09, foi analisada a realidade do setor, a partir das experiências concretas de cada sindicato, com o relato das experiências, como o caso das 500 demissões ocorridas na base do Sindipolo, no Rio Grande dos Sul; os enfrentamentos com a Braskem, no pólo de Camaçari, na Bahia; as ações contra os trabalhadores na unidade da Quattor, na região do ABC, em São Paulo e as experiências em nas duas plantas da Quattor, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro e também o caso da Quattor unidade de Camaçari..

- O que é a CLÁUSULA 4ª

Em 1989, a cláusula 4ª da Convenção Coletiva dos petroquímicos determinava que "na ausência de Lei que discipline os reajustes salariais, as empresas corrigirão os salários no percentual correspondente a 90% do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) do mês anterior, ou outro índice oficial que viesse a substituí-lo, completando a diferença entre a correção e o índice acumulado, sempre que o resíduo atingir 15%". Ainda o parágrafo único deixava claro que "as empresas manterão a política conveniada nesta cláusula na hipótese de nova lei que introduza política salarial menos favorável".

Mas o reajuste devido não foi repassado pelo patronato, em 1990. Então, a cláusula 4ª é a dívida, com juros e correção monetária, que os empresários têm com os trabalhadores. E durante todos estes anos vem sendo cobrada de forma contundente. Essa categoria parou as fábricas, se mobilizou e continuou de cabeça erguida, reivindicando o cumprimento desta cláusula. Hoje, depois de vários anos, continuamos nesta batalha judicial, porque esta categoria é de luta e assim, quando for convocada, saberá dar o troco.

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

SINERGIA SINERGIA SINERGIA SINERGIA

Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo Sindicato dos Contábeis de São Paulo Sindicato dos Contábeis de São Paulo Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo